



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA  
ISCED-HUILA

**DO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA ANGOLANO  
AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS (1975-1992)**

**Autora:** Teresa Isabel Mulombe

Lubango

2022



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA  
ISCED-HUILA

## **DO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA ANGOLANO AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS (1975-1992)**

Trabalho apresentado para a obtenção  
do grau de licenciado em Ensino de  
História

**Autora:** Teresa Isabel Mulombe

**Orientador:** Dr. José Alfredo de Matos

Lubango

2022



## INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA

### ISCED-Huíla

#### DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Temos consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu **Teresa Isabel Mulombe**, estudante finalista do Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de História, do Departamento de Ciências da Educação, declaro, por nossa honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, 23 de Fevereiro de 2022

Autora

---

Teresa Isabel Mulombe

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha família, amigos, colegas que directa ou indirectamente ajudaram neste percurso académico.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela Vida, ao Dr. José Alfredo de Matos, por aceitar orientar o nosso trabalho.

A todos os professores que orientaram a nossa formação desde a entrada ao ISCED-HUILA até a este momento. Agradeço também aos meus carinhosos colegas com os quais se caminhou durante todo percurso acadêmico.

## RESUMO

Do contexto pós-independência angolano aos processos democráticos é a abordagem a que levamos a cabo no presente trabalho de investigação, reflectindo sobre a importância de que o assunto se reveste, compreendemos que o contexto pós-independência de Angola teve repercussões negativas para Angola, que teve de trilhar longos anos de guerra, para se afirmar como uma nação democrática, analisando os meandros da temática, identificou-se como problema do estudo o seguinte questionamento: Que acontecimentos marcaram a política angolana desde a pós-independência aos processos democráticos?

O trabalho reveste-se de um Objectivo Geral que se circunscreve na análise do contexto pós-independência angolano aos processos democráticos. As motivações da seleção do tema para a elaboração do trabalho, prendem-se no facto de ser pouco abordado nas lides académicas, sendo abordado em alguns círculos de forma superficial.

O desenho da pesquisa que nos propusemos realizar é de carácter descritivo-qualitativo, servindo-se para o seu cumprimento de determinados métodos que são: Dedutivo, Indutivo, Histórico, Comparativo e Pesquisa Documental e como técnicas, o inquérito por questionário e por entrevista.

Para além da introdução, conclusões, sugestões e bibliografia, o trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no Iº capítulo fez-se a abordagem do Estado da Arte, Fenómeno Colonial Angolano, Breve Caracterização dos Movimentos de Libertação Nacional, A Problemática da Independência de Angola, Os Acordos de Alvor (15 de Janeiro de 1975), A Influência da Guerra-Fria no Conflito Angolano e o Socialismo como via de Desenvolvimento em Angola. No IIº capítulo se fala da Guerra Civil em Angola, A Presença Cubana e a Ingerência Sul-Africana, Os Acordos de Nova Yorke como reflexos do fim da Guerra-Fria, Os Processos de Negociações de paz em Angola e Princípios da Transição Democrática de Angola (1985-1989). O IIIº capítulo ficou reservado para análise e tratamento de dados estatísticos.

**Palavras-Chave:** Pós-Independência, Contexto, Angola e Processo Democrático.

## **ABSTRACT**

From the Angolan post-independence context to the democratic processes is the approach that we carry out in this research work, reflecting on the importance of the subject, we understand that the Angolan post-independence context had negative repercussions for Angola, which had to go through long years of war to assert itself as a democratic nation, analysing the ins and outs of the theme, the following question was identified as the problem of the study: What events have marked the Angolan politics since the post-independence to the democratic processes?

This study has a general objective that is circumscribed to the analysis of the Angolan post-independence context to the democratic processes. The motivations for selecting this theme for the elaboration of this work are related to the fact that it is little addressed in academic circles, being addressed in some circles in a superficial way.

The design of the research that we proposed to carry out is descriptive-qualitative in nature, using for its fulfillment certain methods that are: Deductive, Inductive, Historical, Comparative and Documentary Research and as techniques, the survey by questionnaire and interview.

In addition to the introduction, conclusions, suggestions and bibliography, the paper is divided into three chapters. Chapter I covers the state of the art, the Angolan colonial phenomenon, a brief characterization of the national liberation movements, the problem of Angolan independence, the Alvor Accords (15 January 1975), the influence of the Cold War on the Angolan conflict and socialism as a means of development in Angola. Chapter II dealt with the Civil War in Angola, the Cuban Presence and South African interference, the New York Accords as a reflection of the end of the Cold War, the Peace Negotiation Processes in Angola and Principles of the Angolan Democratic Transition (1985-1989). Chapter III is reserved for the analysis and treatment of statistical data.

**Keywords:** Post-Independence, Context, Angola and Democratic Process.

## Índice

DEDICATÓRIA .....	II
AGRADECIMENTOS .....	III
ACRÓNIMOS .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
RESUMO .....	IV
ABSTRACT.....	V
INTRODUÇÃO .....	1
Introdução.....	2
CAPÍTULO I: PRODUÇÃO TEÓRICA.....	8
1.1. Estado da Arte.....	9
1.2. Breve Caracterização dos Movimentos de Libertação Nacional.....	11
1.2.1. A Origem e Formação da FNLA .....	13
1.1.2. Origem e Fundação do MPLA .....	16
1.1.3. Origem e Fundação da UNITA .....	19
1.3. A Problemática da Independência de Angola .....	21
1.4. Os Acordos de Alvor (15 de Janeiro de 1975).....	22
1.5. A Implementação do Socialismo e suas Consequências.....	24
CAPÍTULO II: DO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS .....	29
2.1. A Guerra Civil em Angola .....	30
2.2. A Presença Cubana e a Ingerência Sul-Africana .....	33
2.3. Os Acordos de Nova Yorke e as Primeiras Negociações da Paz.....	35
2.5. Princípios da Transição Democrática de Angola (1985-1989).....	37
2.6. Os Acordos de Bicesse Base para a Consolidação Democrática .....	39
2.7. As Eleições Multipartidárias em Angola como tentativa da Consolidação Democrática em Angola.....	41
3.1. Preliminares da Investigação.....	47

3.2. População e Amostra.....	47
3.2.1. População.....	47
3.2.2. Amostra .....	47
3.3. Instrumento de Investigação.....	48
3.4. Caracterização da amostra.....	48
3.5. Apresentação dos Resultados.....	49
CONCLUSÕES SUGESTÕES .....	54
Conclusões .....	55
Sugestões .....	56
BIBLIOGRAFIA E ANEXOS.....	57
Bibliografia .....	58
Anexos .....	63



# INTRODUÇÃO

## **Introdução**

O trabalho que nos propusemos a realizar, refere-se aos acontecimentos histórico em Angola desde o contexto do pós-independências aos processos democráticos. Angola trilhou uma longa jornada histórica que remota da luta pela independência, todo o processo que levou a libertação do país do jugo colonial, o colapso de unidade entre os actores políticos em Angola, o regime de governo adoptado, até a transição democrática.

Para a elaboração do mesmo, teremos como recursos a utilização da pesquisa bibliográfica, documental e o inquérito por questionário e por entrevista, visando em última instância a obtenção do grau de licenciatura em ensino de História.

O trabalho é de carácter descritivo-qualitativo e quantitativo, com objectivo fundamental analisar o contexto pós-independência angolano aos processos democráticos que no entanto, com base nos dados e informações recolhidas em torno da temática, que tem como bases todo o percurso histórico da auto-determinação dos angolanos que conduziu à independência do país, as contradições que se verificaram depois do referido processo e a instalação do processo democrático.

O presente trabalho está fundamentado em três capítulos principais, como se segue:

Capítulo I: Fundamentação Teórica. Nesse capítulo, procuramos fazer uma abordagem teórica e minuciosa sobre o contexto histórico de Angola nas vésperas da independência, os acontecimentos que marcaram o país depois da libertação do jugo colonial, as implicações da guerra-fria no caso de Angola.

Capítulo II: falamos concretamente sobre os conflitos entre os movimentos de libertação angolana e suas actuações, a instauração do socialismo em Angola, a guerra civil e suas implicações internas e externas, a batalha do cuito cuanavale como ponto de viragem da política angolana e a transição para a independência.

Capítulo III: análise e tratamento de dados estatísticos, resultados da entrevistas e inquérito por questionário, e finalmente as conclusões, sugestões e a bibliografia.

### **I- Identificação do Problema**

Qualquer fenómeno ou facto a investigar parte sempre da existência de um problema. Segundo Martins (2004, p. 74-75) problema é o apontamento das questões a partir das quais será efectuada a problematização que aparecerá como meio de levantar questões para o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração do texto. Pretendemos assim analisar o todo o desenvolvimento de Angola desde o período do pós-independência, a guerra civil e a transição para a democracia.

### **II- Problema Científico**

Toda investiga é antecedida de um problema observado e que deve ser estudado para que encontre a possível solução. Desta observação, se levantou o seguinte problema de partida: Que acontecimentos marcaram a política angolana desde a pós-independência aos processos democráticos?

### **III- Objectivos**

Toda e qualquer pesquisa visa alcançar os seus objectivos, sendo que a presente pesquisa tem os seguintes objectivos geral e específicos:

#### **Objectivo Geral**

- Analisar o contexto pós-independência angolano aos processos democráticos.

#### **Objectivos Específicos**

- Explicar as implicações dos desentendimentos dos movimentos de libertação nacional em Angola, antes de independência;
- Descrever a ingerência política, social, militar e económica de várias forças estrangeiras na sombra da guerra-fria;
- Caracterizar o monopartidarismo como via para o desenvolvimento da política angolana;

- Analisar os acontecimentos externos e internos que levaram Angola a transição democrática.

#### **IV. Justificação do Tema**

Olhando pela complexidade do conflito angolano depois da independência, conflitos que envolveram actores nacionais e internacionais, sendo angolano da nova geração, despertou o nosso interesse de procurar compreender os desentendimentos em Angola e a política subversiva adoptada logo que o país entrava na euforia de se ver livre do jugo colonial e dirigir os seus próprios destino, situação que colapsou devido a internacionalização do conflito angolano e conseqüentemente as guerras travadas em várias frentes, o que atrasou o desenvolvimento do país nos domínios políticos, sociais e económicos.

#### **V. Importância do Trabalho**

O presente trabalho assegura-se importante sob dois pontos de vista, teórico e prático: Do ponto de vista teórico visa a sistematização do conhecimento teórico existente sobre o tema;

Do ponto de vista prático se pretende elaborar uma monografia que resulte em suporte de consulta, para os estudantes do curso de História bem como para a comunidade académica interessada em saber sobre o tema em questão.

#### **VI. METODOLOGIA**

**Método:** significa literalmente seguir um caminho. Refere-se à especificação dos passos que devem ser dados, em certa ordem, para alcançar um determinado fim (Carvalho, 2009, p. 83).

Adoptamos um designer descritivo, como suporte a abordagem dois grupos de métodos: métodos de abordagem e métodos de procedimento e métodos de abordagem.

Os métodos de abordagem são: indutivo e dedutivo e os métodos de procedimentos são: método histórico, e método de pesquisa documental.

**Método Indutivo:** através do qual analisamos certo número de casos particulares para chegarmos a determinadas leis. Galileu foi o precursor deste método- indução experimental- através do qual se chega a uma lei ou teoria geral por intermédio da observação de certo número de casos particulares (Ferreira, 1998, p. 93).

Utilizamos o método indutivo para compreendermos o assunto através de diferentes autores que escreveram sobre o contexto pós-independência angolano, até a viragem para os processos democráticos.

**Método Dedutivo:** Utilizado para determinar a relação entre as pesquisas e as conclusões (Marconi, 2008, p. 45). Utilizamos o método dedutivo para analisar as diferentes pesquisas feitas sobre o assunto, assim como a relação entre as pesquisas feitas e as conclusões.

**Método Histórico:** o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e investigação do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Lakatos e Marconi, 2002, p. 91).

Fizemos a utilização do método histórico para analisarmos toda a trajectória histórica desde o alcance de independência, aos processos democráticos.

**Método comparativo:** segundo Tylor (1961, p. 76), consiste no estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedade ou povo. Contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O mesmo é usado tanto para comparações de grupos no presente com os do passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. Utilizamos o método comparativo no nosso trabalho para explicar as divergências que existiram entre os movimentos de libertação de Angola e a forma como a UNITA e o MPLA na sombra da guerra fria levaram o país a uma guerra fratricida que atrasou o desenvolvimento do país.

**Método de Pesquisa Documental:** Segundo Alessandra (2001, p. 180) é um estudo baseado em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, seja pesquisa historiográfica, extraem deles toda análise, organizando os objectivos da investigação proposta, que permite também extrair informações de gravações, rádios, televisão, livros, revistas especializadas, relatório de ONG, internet, artigos de jornais e semanários.

Recorremos ao método de pesquisa documental porque para a elaboração do nosso trabalho, teremos de nos socorrer aos materiais disponíveis como suporte da nossa abordagem.

## **VII. Técnicas**

Considerando que faremos uma investigação qualitativa, a técnica que pretendemos usar no presente trabalho é análise documental e outros meios que permitam adquirir maior informação no que diz respeito ao assunto em abordagem, com destaque ao inquérito por entrevista.

**Inquérito por Entrevista:** é uma das técnicas de colecta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos de maneira mais completa possível com o mínimo de esforço de tempo (Britto e Feres 2011, p. 239).

**Inquérito por Questionário:** O inquérito por questionário é utilizado para colectar dados, uma vez que possibilita medir com exactidão aquilo que se deseja, é um instrumento de investigação que visa recolher informação baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo (Leite, 2008, p. 109).

## **VIII. Hipóteses de Pesquisa**

Hipóteses é uma suposição realizada provisoriamente com intuito de explicar algo desconhecido (Appolinário, 2006, p. 109).

Não levantaremos hipóteses, por se tratar de um trabalho com carácter descritivo.

## **IX. Definição dos Conceitos-Chave**

**Pós-Independência:** é o momento que sucede a transferência do poder político, económico, social e cultural de um povo, como resultado da alta determinação, associada a uma compressão da liberdade, enquanto remoção das interferências ou constrangimentos externos (Santos, 2014, p. 372).

**Contexto:** é o conjunto de elementos ou circunstâncias situacionais que rodeiam um acontecimento, situação ou conjuntura de informações e compreender esses elementos que caracterizam uma comunicação ou um acontecimento (Touraine, 1996).

**Angola:** é um país situado na África Austral, a sul do equador, o seu território se estendo entre os 5 e os 18 graus de latitude sul e entre os 12 e 24 graus de longitude a leste do meridiano de Greenwich, com uma extensão de 1.246.700 km<sup>2</sup>. (Weeler e René Pelissier, 2009).

**Processo Democrático:** É a forma da vida política que dá a liberdade ao maior número de pessoas que protege e reconhece a maior diversidade possível, conjuntos de garantias institucionais, regras da maioria e, antes de tudo, o respeito pelos projectos individuais e colectivos, que culminam com a afirmação de uma liberdade pessoal e com os interesses da colectividade (Touraine, 1996, p. 24).

## **CAPÍTULO I: PRODUÇÃO TEÓRICA**

## **CAPÍTULO I: PRODUÇÃO TEÓRICA**

### **1.1. Estado da Arte**

O fenómeno colonial em Angola vai acontecer necessariamente com a presença portuguesa, que com a sua política colonial, viria desestruturar todo tipo de organização estabelecido em África, quer do ponto de vista político, económico e sociocultural. É nessa linha de pensamento que neste tema faremos abordagem sobre o fenómeno colonial em Angola e suas consequências nefastas.

Angola possui vários grupos étnicos, como: Bantu, Khoisan e Vatwa. A maior parte do povo angolano é de origem Bantu, constituindo cerca de 90% da população (Telo, 2012).

O português é a língua oficial do país, porque Angola foi colónia de Portugal. Estatísticas confirmam, contudo, que o português é a língua materna de apenas 39% da população. Os 61% da população restante, fala a língua materna local, dependendo do seu local de origem ou de seus antepassados (GOV, 2014).

O levantamento de Angola como país foi feito pelos portugueses, que foram os seus colonizadores, mas antes destes chegarem no actual território de Angola já havia estruturas político-administrativos com a devida organização económica, política e administrativa. A divisão geográfica ou administrativa antes da ocupação dos portugueses era feita por reinos e sub-reinos. Angola era um dos sub-reinos do reino principal, o Congo (Diogo e Triche, 2015).

O reino dos Ngola ou Ndongo a quando da chegada dos Portugueses era um dos sub-reinos ou reinos vassalos do reino do Kongo, com a presença colonial Portuguesa em Angola o povo angolano conheceu uma nova política, tanto cultural como organizacional. Vários hábitos e costumes foram reprimidos pelos colonizadores, o que fez com que parte da cultura se perdesse. Com o decorrer do tempo, os portugueses intensificaram a presença naquele espaço geográfico enviando os seus nacionais, para que tivessem melhor controlo da colónia. O objectivo principal era explorar todos os recursos que o país pudesse oferecer inclusive a mão-de-obra escrava (Diogo e Triche, 2015).

O fenómeno colonial em Angola, como nos referimos antes, desestruturou todo tipo de organização dos povos autóctones. Do ponto de vista político, os reis locais perderam a sua autonomia a favor dos colonizadores. Falando concretamente do reino do Kongo e do Ndongo, os padrões locais na sucessão dos reis, sofreu uma forte ingerência do poder colonial, que também tinham suas preferências nas sucessões, pelo que apoiavam pessoas não da linhagem real, desde que este se apresentasse interessado a cooperar com os interesses portugueses, do ponto de vista social a redução dos povos autóctones a condição de escravo é uma nota dominante que tanto influenciou na desorganização social dos reinos locais.

Do ponto de vista económico os portugueses exploraram de forma desfreada os recursos naturais angolanos, usando o próprio angolano como mão-de-obra barata e todo manancial de riqueza de Angola era para o benefício da metrópole portuguesa em detrimento dos autóctones e finalmente de um ponto de vista cultural, os usos e costumes dos povos encontrados foram substituídos pelas práticas portuguesas, através da política assimilacionista, civilização dos povos. Ainda destacar que as crenças religiosas locais foram substituídas pela religião cristã. É nessa linha de pensamento que podemos compreender o fenómeno da colonização de Angola, sendo que um dos males que marcou a colonização de Angola foi o tráfico de escravos, como veremos a seguir.

Quando os portugueses chegaram a Angola, a existência de escravos individuais era um fato incontestável. Entre os angolanos, a servidão tem um carácter limitado (servidão doméstica), muito diferente da praticada pelos europeus (servidão comercial). Antes da chegada dos portugueses, a prática da escravidão entre os angolanos ajudava a justificar a atuação dos traficantes europeus de escravos, pois a escravidão indígena facilitava sobremaneira o abastecimento dos navios portugueses envolvidos no comércio (Carvalho, 1996 apud; Miller, 1999). Em Angola, os escravos angolanos foram adquiridos por meio da Guerra Kwata-Kwata (grab-a-garra), escravidão para crimes como assassinato e dívida e compras em bazares controlados pelo estado.

A escravidão devastou o reino, corroendo o moral e a unidade do clã, pois a caça de escravos se tornou a atividade mais lucrativa, muitas vezes provocando conflitos dinásticos e revoltas populares. Em 1570, uma revolta

antitráfico liderada por Brahmataad foi rapidamente reprimida. Cinco anos depois, em 1575, Paulo Dias de Novais chega a Luanda com quatrocentos soldados e uma centena de famílias portuguesas, onde estabelece uma colónia que continua a crescer.

Isso deu aos portugueses acesso a um novo reino de Angola, Ndongo ou Ngora Refira-se que dos 12.000 escravos que saíram de Luanda em 1575, 4.000 morreram na viagem, enquanto em 1625 saíram de Luanda cinco navios brasileiros com 1.011 escravos, 585 dos quais navegaram 68 morreram pouco depois de desembarcarem no Brasil. Dos cerca de 20.000 escravos exportados de Luanda e Benguela para o Brasil a cada ano, apenas uma dúzia ou treze mil chegaram vivos.

A colonização portuguesa e suas trágicas consequências, podem ser apontados como as principais causas que fizeram surgir os movimentos contestatários que ao se organizar se transformaram em grupo de pressão, que passariam a posterior a ser conhecidos como movimentos de libertação nacional de Angola.

## **1.2. Breve Caracterização dos Movimentos de Libertação Nacional**

Tendo em conta o sofrimento do povo africano descrito nas temáticas anteriores, apesar da repressão na colónia de Angola levada a cabo pela Policia portuguesa (PIDE), que reprimia toda forma de organização dos africanos, vão surgir em África e em Angola especialmente, sendo o foco da nossa abordagem, homens que com o seu saber criaram diferentes organizações nas décadas de 50 e 60 para fazerem frente a colonização penal de Angola e lutar afincadamente para acabar com o sofrimento do angolano e libertá-lo do jugo colonial. Forma tantos os movimentos emergentes nesta fase da História, que tiveram como objectivos de formação a luta para a independência de Angola. Tendo em conta a falta de condições financeira, associada a política repressiva de Portugal, algumas organizações que tinham sido formadas desapareceram, outras tiveram que se fundir para ganharem alguma força na luta contra a colonização como descrito nas alíneas abaixo.

O nacionalismo angolano nasceu destes dois movimentos: a resistência popular ao invasor que expropriava as terras obrigava ao pagamento do imposto de soberania e impunha à população trabalhos forçados que levava a novas revoltas; outro, a acção política levada a cabo por intelectuais que denunciavam o roubo e a pilhagem coloniais (Souza, 2011).

Vários movimentos populares de libertação surgiram em Angola nas décadas de 50 e 60, sob as mais variadas siglas, mas com o passar do tempo ocorreram mutações e alguns movimentos mudaram de nome ou se fundiram dando origem a novas siglas (Souza, 2011).

A primeira vertente foi a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) de 1954, mais tarde, em 1958, União das Populações de Angola (UPA), foi um movimento cultural de defesa e de ajuda mútua para os exilados congolezes de Angola. Fundada e instalada em Léopoldville (Kinshasa), na actual República Democrática do Congo (RDC), se organizou politicamente no exílio a população da região do Norte da Colónia portuguesa. O Partido Democrático Angolano (PDA) de 1961 foi o sucessor de duas associações: a Associação dos Originários de Maquela do Zombo – ASSOMUZO, de 1956, em Léopoldville, e a Aliança dos Naturais do Zombo – ALIAZO, fundada em 1959 (FNLA, 2007).

A segunda vertente originou-se em 1956 com o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), que após a união a outros movimentos de independência criou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956. Ao MPLA se uniu o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) (Wheeler e Pélissier, 2011).

A terceira vertente surge a partir da dissidência de Jonas Malheiro Savimbi com a FNLA, em 1966, dando origem à UNITA. Esta força revolucionária teve seus líderes treinados pelo exército da República Popular da China, que apoiou as iniciativas militares desse grupo até a independência de Angola, em 1975 (União Nacional para a Independência Total de Angola). A UNITA operava nas

regiões do planalto e do Sul, junto à etnia ovimbundo, a mais populosa de Angola (Wheeler e Pélissier, 2011).

Terminada a segunda guerra mundial em 1945, o contexto político mundial viria tomar outros contornos, e os países colonizados no período em estudo, não ficaram de fora da nova realidade e dos novos desafios a enfrentar. Foi assim que a entrada dos anos de 1950, com a participação dos povos colonizados na segunda guerra mundial e o cair por terra a mitologia da invencibilidade do homem branco, vão surgir muitos nacionalistas africanos com fortes inspirações de acabar com o domínio colonial.

Em Angola não fugindo a regra, vão emergir muitos movimentos para a Independência, que para fazerem frente a luta para independência, fizeram algumas coligações e na evolução laboral destas organizações também foram surgindo cristações entre as figuras integrantes dos movimentos pioneiros que abandonavam o movimento do qual estavam inseridos para fundarem outros movimentos. E necessariamente nesta panóplia que vai surgir primeiro a FNLA, o MPLA e a UNITA, tal como fizemos referência anteriormente. Estavam criados as condições políticas de contestação ao regime colonial Português em Angola.

### **1.2.1. A Origem e Formação da FNLA**

As sementes da Fnla fazem parte do funcionamento interno da etnia Bacongo. A protecção da seita religiosa protestante significou que desde o início, por outras palavras, antes, nos anos 60, o seu número de remadores aumentou de uma forma largamente clandestina. Assim, quando surgiu, era uma modesta confraria de bacongo angolanos cujos principais eram, ao mesmo tempo, líderes religiosos da fortificação baptista e protestante. Foi um movimento de emancipação territorial que iria contribuir enormemente para o progresso da independência que conduziu à liberdade de Angola, como iremos descrever na viagem política de Andana. As mudanças e a adaptação à convulsão histórica não pararam com a assimilação da estratégia da Upna em Upa.

O limiar da Fnla faz parte de uma cena de acontecimentos dentro do grupo étnico Bacongo. A influência da seita religiosa protestante levou a uma expansão clandestina dos membros da Fnla desde o início, por outras palavras, antes da cisão de 1960. Como tal, quando apareceu pela primeira vez em sucessão, era uma modesta união de Bacongo Angolano, cujos líderes eram simultaneamente líderes religiosos baptistas e protestantes.

O seu prestígio preliminar foi Upna (União das Populações do Norte de Angola) e o seu presidente foi Barros Nekaka, um swain protestante, juntando-se a vários protestantes Bacongo em 1954 (Agostinho, 2011). Em 1958, com uma nova tendência e um director espiritual mais predominante, Holden Roberto, o partido deixou de ter grafemas tribais e mudou o seu prestígio e objectivos. Mudou de Upna para Upa, eliminando a fidelidade do Norte, que os caracterizava como uma falange tribal. Como Upa, os objectivos eram: tolerância e fraternidade entre os nativos de Angola, o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua localidade, a luta pela emancipação de Angola e a cooperação na localização da unidade africana (Idem:10). Com a notificação da nomeação, de temperamento Nacional, o pedantismo das testemunhas assume um novo esmalte e folhagem. Portanto, como agora mencionado, temendo ser ultrapassado pelo Mpla, para os buracos do Oua, Roberto Holden decidiu seguir em frente com os seus planos e, em 1962, juntou-se ao Pda e criou a Fnla (Agostinho, 2011). A Frente Nacional de Libertação de Angola (Fnla) foi um impulso político concebido em 1962 como resultado da união da União do Povo Angolano (Upa) - cujo representante era Holden Roberto, que se tornou o principal prestígio da Fnla - com o Partido Democrático de Angola (Pda). Segundo Taylor (2006), ao contrário do MPLA, a FNLA usava a bandeira da racial, declarando-se contra os brancos portugueses, e anticomunistas (Silva, 2018).

A reivindicação pela independência de Angola não se limitou a política e actos ou acções sócio - culturais. A renitência de Portugal em ceder Independência à Angola obrigou aos movimentos enveredarem pela luta Armada e violência é importante destacar que a da posição de contra ataque, diferencia esta força anticolonial. E como não podia deixar de ser tiveram os seus acérrimos adeptos fora e dentro de Angola. De igual modo teve adversário dentro e fora

de Angola. Esta tomada de posição política teve as suas repercussões políticas e sociais antes e depois da proclamação da Independência Nacional.

Segundo Silva (2018), ele apoia que no final da década de 1960, a FNLA recebeu a sua primeira moeda estrangeira e, segundo o seu director, esta veio da Tunísia, que na altura era indigna da soberania de Habib Bourguiba, como vemos na sua proclamação quando ele disse: "O principal apoio veio da Tunísia, que nos deu as primeiras armas.... E depois conseguimos incorporar estes arsenais dos boinas azuis em Kinshasa.... Aproveitei a ajuda das guarnições das Nações Unidas, para progressivamente resolver estes arsenais tunisinos e apresentá-los em Angola" (Jaime e Barber, 1998, p. 52).

Desde a sua construção, a FNLA anexou os seus embriões ideológicos ao capitalismo e tentou espalhar as suas contas com os povos que partilhavam o seu dogma político; a FNLA é abertamente um evento pró-capitalista. Portanto, os seus associados preferidos eram do edifício ocidental. Bloqueou a fronteira com todos os estados que não partilhavam esta religião. As ligações externas da FnlA começaram sob o nome de Upna. Baseado no grupo étnico Bacongo, abrangia as aldeias que atravessavam a divisão entre Angola e o antigo Congo belga, hoje República Democrática do Congo. As querelas entre Holden Roberto, Kwame Nkrumah, o chefe do Gana, e Ahmed Sékou Touré, o presidente da Guiné Conakry, influenciaram a mudança de Upna para Upa, com o objectivo de lutar pela divisão total do país. Assim, tanto o Gana como a Guiné tinham sido fortes apoiantes de Holden Roberto desde a reunião de Acra em 1958.

Posteriormente, e após a libertação da República Democrática do Congo e sob a superioridade de Mabuto Sese Seko, que adicionalmente da viga transversal de guerrilha permitiu os embriões da ademantina, onde funcionou durante todo o tempo de luta (Agostinho, 2011). No final de 1960, a FNLA recebeu os seus primeiros arsenais, e segundo o seu director, estes vieram da Tunísia, que nessa altura estava sob a liderança silenciosa de Habib Bourguiba. A FnlA, na sua versão, também tinha grandes compromissos de palitroca com os EUA, que consideravam a FnlA como uma alternativa do governo angolano, que lhe dava agora o seu favor fora das finanças ou em conselho, como afirma Felgas,

Hélio; (1968). Felgas, Hélio; 1968 p. 127). Contudo, os Estados Unidos consideraram a FnlA como uma alternativa para a ascensão de um gabinete pró-ocidental em Angola, num episódio de manumissão. Quando a emancipação foi alcançada em 1975, o governo dos EUA não reconheceu o gabinete de Agostinho Neto e continuou a apoiar o Grae de Holden Roberto até ao final dos anos 70.

Em suma, a FNLA, desde os seus nascimentos até à sua caça à madeira, adaptou-se aos estados afiliados à civilização capitalista, cujos relatos serviram de impedimento ao agrupamento com outros factos e, conseqüentemente, posicionaram-na em antítese a outros equilíbrios. Internamente, os FnlA eram originários e operavam internamente a partir do grupo étnico Bakongo.

### **1.1.2. Origem e Fundação do MPLA**

Ao mesmo tempo que os acontecimentos ocorriam em Angola, várias estruturas políticas clandestinas estavam a ser formadas em Luanda, geralmente por iniciativa de angolanos que tinham sido admitidos à regulação da assimilação. A MplA foi criada por volta da divisão de 1950, especificamente a 10 de Dezembro de 1956, no grupo étnico Bacongo. Segundo a interpretação oficial divulgada pelos seus dirigentes, a terra da MplA tinha povoado aproximadamente a divisão de 1950, especificamente a 10 de Dezembro de 1956, sob o pulsador do versista Mário de Andrade, em Luanda, na sequência do agrupamento do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (Plua) com outras equipas nacionalistas anónimas, entre elas o Movimento da Independência Nacional de Angola (Mina) e o Partido Comunista de Angola (Pca) (Agostinho, 2011).

No entanto, Silva (2018), diz-nos que o Movimento de Libertação Popular (MplA), um equilíbrio político organizado em 1956, beneficiou da ligação entre o Partido da Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (Plua) e o Movimento para a Independência de Angola (Mia). A MplA, liderada por Agostinho Neto, que assumiu uma tutela comunista, era vigorosamente municipal. Os plátanos de trás para a frente incluíam mestizos, bem como refugiados e nacarados, bem como os quimbundos de Luanda. Com a chegada do MplA a uma

audiência em Tunis em Janeiro de 1960, foi fácil para ele dar asilo às pegadas originais para a luta contra o colonialismo.

De acordo com Bettencourt (2008), a Mpla manteve ligações com a Argélia, Gana, Mali, Guiné, Egito e Marrocos. O Mpla recebeu educação, estrutura, arsenais e apoio logístico e financeiro destes países. Bettencourt (2008) relata também que o PLA recebeu apoio da China, Tanzânia e Zâmbia a partir de 1967. Estes estados foram extremamente importantes para as importações da Mpla para o leste de Angola.

A Tanzânia é um estado adjacente ao Pacífico e à Zâmbia, o que permitiria o limiar dos arsenais domésticos da China. Apesar das diferenças ideológicas entre a China e a URSS na altura, a égide dos dois países foi um gesto essencial para que a Organização da União Africana (OUA) reconhecesse a Mpla como a principal estrutura nacionalista de Angola na luta pela segregação. No entanto, este forte patrocínio destas duas actividades levaria a divisões no busto do partido.

Ao contrário da Fnla, a Mpla baseou-se numa crença marxista-leninista, por outras palavras, escolheu alinhar-se com os povos trabalhistas e procurou a liderança nos empórios vigilantes, recuperar o atraso em número e muito cedo procurou ratificar-se como a última manumissão bono de Angola. Tal como a Fnla, a Mpla, a fim de proteger a transumância dos seus despojos, alinou-se com países da religião do trabalho, tais como a China e a Rússia. Foi neste contexto que a luta pela libertação do distrito começou. A Mpla, no seu início, era declaradamente pró-economista. Portanto, anti-capitalista, por outras palavras, no próprio momento da sua instituição e na primeira marcha da sua verdade.

A Mpla contou com o Corpo de Casablanca, que incluiu cidades como a Argélia, Gana, Mali, Guiné-Conakry, Egito e Marrocos. Estes países forneceram ao PLA exercício, arsenais e apoio logístico e financeiro (Bittencourt, 2008). A partir de 1967, três grandes países juntaram-se à Mpla: Zâmbia, Tanzânia e China. Estes estados permitiram o poder do ademann no

leste de Angola. A Zâmbia, como povo independente, tornou-se uma base estável para o trabalho de retaguarda no Leste.

A Tanzânia, fazendo fronteira com o Pacífico e a Zâmbia, tornou virtual a comunicação dos arsenais domésticos da China. Vale a pena alinhar que, apesar dos muitos dogmas actuais na altura, entre a China e a URSS. A mão dos dois foi um tiro cardinal para os Oua reconhecerem a Mpla como a principal intenção nacionalista de Angola na luta pela isenção. No entanto, este forte domínio destas duas firmes testemunhas foi o de gestar regiões dentro da festa (Drumond e Barber, 1995).

No seu "software mínimo", o Mpla lutou pela terra de uma Frente para a Libertação de Angola, que reuniria numa ampla sutura todos os partidos políticos, todas as tutelas populares, todas as vitalidades marinhas, todas as figuras notáveis do país, todas as logísticas religiosas, todos os comités étnicos, a todos os veios sociais angolanos, a todos os angolanos independentemente de linhas políticas, categorias económicas, genealogia, coito ou existência, a todos os angolanos residentes no estrangeiro, com o efeito de continuar a luta por todos os climas para a dissolução do domínio colonial. No seu "desenho principal", a Mpla apresentou um regime tolerante para Angola.

Também apresentou uma variação agrária, com preferência pela ausência de exageros; depreciação do monopólio privado da elaboração de bens de consumo rústicos, de acordo com o postulado de que "a criação pertence a quem a trabalha"; fornecimento da estrada aos camponeses sem estrada e àqueles que a possuíam numa medida insuficiente para a sua garra. No seu empreendimento de prancha, previu a terra dos esquadrões com pessoal intimamente ligado ao local e comandado por colonos angolanos.<sup>1</sup>

O MPLA apesar de actuar desde as suas origens no seio da Etnia Quimbundo, sendo esta a origem do seu líder fundador, para assentar a sua estabilidade na luta, pretendeu reunir todas forças vivas de angolanos no estrangeiro de modos a levar activo a sua luta pela independência e ganhar primazia diante dos

---

<sup>1</sup> Lúcio Lara em entrevista com Drumond Jaime e Helder Barber em 1995.

outros movimentos de Libertação nacional, também podemos afirmar que na busca de apoio externo, o MPLA procurou assentar a sua definição ideológica nos países de matriz socialista.

### **1.1.3. Origem e Fundação da UNITA**

O início da Unita está fisicamente ligado a Jonas Sidónio Malheiro Savimbi, fundador e primeiro director do partido, um antigo mochileiro na trilha política da FnlA, onde se tornou general escrivão em 1961, e um cão de guarda Jupa. No início de 1966, Savimbi fundou a Unita no Moxico, uma demarcação de Angola, com filiais em Lusaka, que operavam principalmente nas divisões montanhosas e meridionais, entre os Ovimbundo, o grupo étnico mais populoso de Angola na altura. A Unita emergiu com objectivos muito mais ambiciosos. Para além da secessão, visava atrair o número máximo de aldeões para se juntarem ao partido como militantes. Para atingir este objectivo, teve de lutar com outros partidos que tinham iniciado esta luta há muito tempo. Embora o número das suas telas fosse sempre muito pequeno, a Unita conseguiu um certo público no estrangeiro, especialmente na China e no Egipto (Agostinho, 2011).

Segundo Visentini (2012), a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) foi fundada em 1964, mas só iniciou a sua luta marinha em 1966, liderada por Jonas Savimbi, que tinha deixado a FnlA e Grae. Os principais participantes na Unita provinham dos grupos étnicos do sul: Ngangela, Chokwe e Ovimbundu. A Unita, com a sua almofada na Zâmbia, procurou o apoio popular e a mobilização da multidão, mas militarmente era demasiado fraca. Embora se tenha declarado maoísta, a Unita mudou a sua posição ideológica em resposta à pressão externa que recebeu (Silva, 2008).

De acordo com Rosa (1980), as listas externas da Unita começaram muito antes da formação do balanço. O representante do balanço, Savimbi, juntou-se aos antigos militantes Upa/grae e instalou-se na Zâmbia, iniciando o que se pode chamar o "Amangola". Houve experiências sem sucesso no reconhecimento de apoio noutros países africanos (Egipto, Tanzânia e Argélia)

e nos blocos trabalhistas (URSS, Alemanha de Leste, Checoslováquia e Hungria).

Agostinho (2011) afirma que apenas a China forneceu um pedestal para a Unita, permitindo a classificação e arquivo da tripulação geral dentro do seu município. Assim se constituíram os factos da luta pela independência angolana, com a uniformização de muitas estruturas anteriores e a separação de outras que se desintegraram e acabaram por fundar os seus verdadeiros equilíbrios. Devemos também desonrar aqui que os gestos que surgiram em Angola tiveram de ousar uma verdade muito difícil, uma vez que podemos perceber que apesar de acompanhar os mesmos objectivos, que é a luta pela isenção de Franco, havia exuberantes obstáculos a ultrapassar, como podemos contemplar:

No primeiro enclave, os altos e baixos que descrevemos acima foram formados através de rebanhos étnicos e cada um dos ademanes tentou enraizar-se nesta ordem étnica e esta situação viria a criar consciências que idealizavam. Em segundo lugar, durante o tempo em estudo, as várias revoltas tiveram de lutar contra as dificuldades impostas pelo esmagador regime português, cuja contra-guerrilha estava ao nível da PIDE, que a todo o custo tentou confundir qualquer teste de aparência anti-colonial. Em terceiro lugar, os confrontos entre os impulsos, as superfícies étnicas e as disjunções de espírito entre os nacionalistas, associados à digressão portuguesa de qualquer obra dos impulsos, tornaram a condução dos tumultos muito difícil e influenciaram muito no desacordo entre os equilíbrios para a Independência Nacional. As consequências foram desastrosas para o tecido social e para o estilo político do país. As referências externas da Unita começaram muito antes de o tumulto ter sido totalmente constituído. Para o colocar em farra, Savimbi juntou-se a antigos militantes Upa/grae e instalou-se na Zâmbia, criando, como já discutimos, o Amangola. Os questionários patronais originais foram enviados para algumas cidades africanas: Egipto, Tanzânia e Argélia. Das propriedades trabalhistas, olhou para a URSS, Alemanha Oriental, Checoslováquia e Hungria (Rosa; 1980: 139). Nessa altura, apenas a República Popular da China ofereceu apoio à Unita, permitindo às forças de guerrilha operar dentro das suas fronteiras (Eme, 2006).

### **1.3. A Problemática da Independência de Angola**

A situação difícil da liberdade de Angola é anterior à expiração da designação, tendo em enumeração os antecedentes da própria emancipação, que foi feita de circunstância desunida, uma separação perpetrada pelo colonizador puro, que possivelmente utilizou o axioma dividir para reinar.

Podemos também caracterizar o mal-estar da emancipação angolana pela aparência em que se formaram os verdadeiros altos e baixos, que se baseou em múltiplos grupos étnicos e que não procurou unificar, como vimos no primeiro capítulo, para descaracterizar o colonizador e aconselhar o cisma a Angola, que era o principal objectivo. Silva, José, Paulino, Cunha (2002) argumentam que o tempo de transição para a segregação de Angola foi marcado por colónias ideológicas entre os três altos e baixos nacionalistas angolanos (Mpla, Unita e Fnla), que deram lugar a energias marinhas destinadas a acomodar com a dispensa política.

Embora as três principais convulsões nacionalistas convergiram no objectivo de libertar Angola do domínio colonial português, tinham diferentes origens étnicas, diversas inclinações ideológicas e múltiplas semelhanças com as energias políticas externas. Estas loções também sensibilizaram a própria Angola interiormente e minaram o impulso de unidade entre os descendentes da mesma nação, como vemos na abordagem que se segue:

Neste sentido, a Cica (nota das igrejas cristãs de Angola, refere-se à lógica que levou a cabo a gestão colonial da divisão e do domínio, começando mesmo pela forma como o apostolado era levado a cabo pelos evangelistas estrangeiros, que nada mais faziam do que reanimar as diferenças étnicas e tribais. (A Cica observou que os Baptistas funcionavam entre os Bakongo, Metodistas entre os Ambundu, Presbiterianos e Congregacionistas entre os Ovimbundu, Luteranos entre os Kwanhamas, e Pentecostais e Apostolicos com outros grupos étnicos. Devido a metodologias missionárias, as diferenças históricas entre equipas étnicas tornaram-se diferenças religiosas e depois diferenças políticas, uma vez que os partidos políticos foram fundados dentro destas identificações etno-religiosas" (Comerford, 2005, p. 78).

A independência de Angola fez-se sob o ribombar de canhões num clima de guerra total, uma política letal e com exércitos estrangeiros a apoiarem os seus aliados internos, claramente em rota de colisão. Portugal, a potência colonizadora, que também enfrentava instabilidade política e social, conseqüente da revolução dos cravos, tinha perdido completamente o controlo da situação. Enquanto o Dr. Agostinho Neto proclamava a República Popular de Angola em Luanda, a UNITA e a FNLA proclamavam a República Democrática de Angola, no Huambo (Muekalia, 2010).

A euforia sentida pelos angolanos, quando o governo de transição tomou posse no dia 31 de Janeiro de 1975, durou apenas três semanas. Os primeiros conflitos começaram a surgir em Luanda entre as forças do MPLA e da FNLA, no dia 01 de Fevereiro, quando, num musseque controlado pelo MPLA, um pequeno mal-entendido acabou num tiroteio entre guerrilheiros da FNLA e do MPLA. Registaram-se sete mortes, entre os quais a de dois oficiais portugueses que se deslocaram ali para restaurar a ordem (Vieira 2007).

Estes constrangimentos foram anteriores as acordos de alvor, pois os acordos de alvor foram feitas de baixo desta desunião, falta de confiança mútua e cada movimento defendia as suas ideologias sem vergar, associado ao desejo de governar e eliminar a concorrência, esta problemática seguiria com o confronto armado entre as partes.<sup>2</sup>

#### **1.4. Os Acordos de Alvor (15 de Janeiro de 1975)**

No caso angolano, a acusação da transferência da concessão começou em Janeiro de 1975, quando as três obrigações nacionalistas angolanas (Mpla, Fnla e Unita) se reuniram com o governo português na aldeia algarvia de Alvor para definir o disfarce e o almanaque dessa transição e o armistício irremediável, dado que esses ademnis estavam agora em guerra uns com os outros.

---

<sup>2</sup> Segundo Silva, um dia antes da proclamação da Independência, no dia 10 de Novembro, portanto, o Comité Central do MPLA, já havia aprovado a Lei Constitucional (Silva, 2004:69). Portanto antes da independência era provável que não fosse apenas o comité central do MPLA a aprovar uma nova constituição, seria uma constituição aprovada de forma unânime no sentido de merecer o consenso de todos.

O Acordo Alvor definiu que a cisão e plena liderança de Angola seria solenemente proclamada a 11 de Novembro de 1975 e que, mesmo nessa altura, seria exercida por um Governo de Transição composto por representantes dos três títulos. No entanto, como afirma Gonçalves (2004), este Governo de Transição entrou rapidamente em colapso após a confirmação do consentimento. Como os argumentos nacionalistas não foram capazes de coalescer e de se justaporem, mesmo na altura definida para a comunicação da autonomia, envolveram-se em novos confrontos na luta pela honra.

Gonçalves (2004) acrescenta que a hegemonia de cada um dos impulsos e a intolerância que isso implicava criaram um espaço antidemocrático impressionante que preparou o caminho para os conflitos civis. Este pântano foi exacerbado por intervenções externas, em particular os judiciosos abraços internacionais entre as costas da independência e entre os dois niquês da Guerra Fria: os Estados Unidos da América (EUA) apoiaram a Unita e a FNLA, e a União Soviética e Cuba apoiaram a Mpla. Após divisões de luta pela desagregação do seu território, os impulsos de autonomia angolana iniciaram em 1974 os testes do que viria a ser chamado o Acordo de Alvor.

Este Acordo consistia em 11 capítulos e 60 artigos, e estabeleceu o tempo de cisão do condado, Angola. (António, 2013) Portugal e os laços separatistas acordaram que a confissão da liberdade teria pessoas a 11 de Novembro de 1975 e que, posteriormente, seriam realizadas disjunções presidenciais democráticas. No entanto, o consentimento foi quebrado por impulsos nacionalistas.

A Fnla e a Unita culpavam o Movimento Popular para a Libertação de Angola por esta redundância, uma vez que a Mpla tinha demonstrado êxito em liderar em desabitado. Nessa altura, os três impulsos proclamaram unilateralmente o cisma. Após uma luta incessante pela isenção e a superioridade do seu Estado, os angolanos iniciaram assim um problema entre si, ou seja, uma erradicação civil que duraria cerca de 30 anos (Telo 2012).

Tendo em contas a estas violações dos acordos de alvor e o não cumprimento por parte dos movimentos da independência de Angola, as clausulas dos acordos de Alvor, Portugal negou ao reconhecimento da independência proclamada e

considerou que a proclamação da independência de Angola foi feita na confusão, não cumpriu os pressupostos legais, no entanto considerou ilegal e segundo Filipe (2005) argumenta que: A independência de Angola, em 1975, foi reconhecida apenas por alguns países. Portugal recusou-se a reconhecer a independência. Considerava a proclamação anárquica, ou seja, não cumprindo com os preceitos assinados no Acordo do Alvor. Anos depois, foi o 83º país a reconhecer a independência da ex-colónia (Filipe, 2005, p. 18).

Após o reconhecimento da independência, a História de Angola foi marcada por períodos de guerras civis, que mergulharam o país na anarquia e hostilidade, sendo frequentes as intervenções internacionais e acordos (António, 2013).

A guerra civil, após a independência, durou exactamente 27 anos, de 1975 a 2002, com cinco anos de tréguas, nos períodos de 1975 a 1991, de 1992 a 1994 e de 1998 a 2002 (UGS, 2008).

As clivagens que existiram entre os movimentos para a independência de Angola antes da proclamação da independência, levaram que os movimentos que tiveram o objectivo comum, o de acabar com o domínio colonial português em Angola a entrarem em conflito entre eles muito antes de atingirem os seus objectivos, assim como também mantinham acesa a luta contra o imperialismo Português. Importa aqui ressaltar que foi necessário esperar o ano de 1974, no dia 25 de Abril em que o regime comunista português foi assolado por uma crise levada a cabo pela revolta dos cravos e com a consequente queda do regime comunista em Portugal. Com a queda do regime comunista em Portugal, o governo Português já não tinha força suficiente para continuar a fazer frente aos intensos confrontos contra os movimentos de libertação nacional.

### **1.5. A Implementação do Socialismo e suas Consequências**

Como abordamos nas alíneas anteriores, as querelas iniciadas no período antes da independência de Angola, levaram os líderes dos movimentos a interromperem todo tipo de diplomacia, optando pelo uso da força, para se firmarem no prisma político angolano e formar governo. Sendo uma pretensão de todos os movimentos, sendo assim, cada um dos movimentos se socorreu de todos os meios em sua disposição para eliminar a concorrência.

Dinis Kebanguilako, na sua tese de pós-graduação tem o seguinte argumento: O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que havia conquistado a independência de Angola em Novembro de 1975 oficializou a opção pela via de desenvolvimento socialista em 1976 na III Reunião Plenário do seu Comité Central realizada de 23 a 27 de Outubro, tendo definido o Marxismo-Leninismo como ideologia partidária (Kebanguilako, 2016).

Graças à contribuição das brigadas cubanas e do protector logístico e financeiro da União Soviética, o Mpla não só tinha ganho uma conquista militar sobre as outras duas competições marinhas nacionalistas, como também tinha conseguido forçar a retirada das cerimónias dos senhores da guerra zairenses e sul-africanos que tinham estado presentes no período, sob a égide da Unita e da Fnla. Quanto ao destino das duas estruturas, a sua tranquilidade era diferente (Francisco, 2013).

A Fnla, que tinha sido conduzida pelo Zaire, viu o seu lado como o principal rival marcial da Mpla progressivamente substituído pela Unita, especialmente a partir de 1978. Com as inversões graduais dos senhores da guerra, a capital política e geral da Fnla ficou esgotada. O seu declínio acelerou-se a partir do momento em que o regime de Mobutu estabeleceu listas com o governo de Luanda em 1978 (Francisco 2013).

A Unita, após um breve período de dormência político-militar, reapareceria como um grupo de fragmentação militar no final dos anos 70, devido ao apoio do governo sul-africano. Mas foi só no final da divisão de 1980, com o apoio dos Estados Unidos da América, que a Unita se estabeleceu como a principal possibilidade político-militar para a Mpla (Francis 2013).

Com a abolição definitiva da Fnla da audiência de combate, e a emergência parcial da Unita, o Mpla, que se tornaria um partido Marxista-Leninista, estava em posição de estabelecer uma ordem política não só na parte antiga do domínio angolano, mas também no seio da própria administração. Esta posição teria de ser assegurada através de uma aplicação intensa e diligente (Chimanda, 2010).

Com a declaração unilateral da independência de Angola, o MPLA viu reconhecido e reforçado o seu prestígio além-fronteiras, converteu-se com os ventos da guerra fria, em «partido de vanguarda» e adoptou uma matriz ideológica na linha marxista-leninista, partido único envolto nos pilares de partido do trabalho, alargou a sua base de apoio nas cidades, vilas e aldeias, cujos comités serviram de alavanca na continuidade da sua estratégia política de um movimento de massas. O MPLA afirmou-se assim como único porta-estandarte dos interesses de Angola e dos Angolanos perante os seus rivais mais próximos, a FNLA e a UNITA, no panorama político Angolano e não só (Chimanda, 2010).

No entanto, importa sublinhar que o modelo de partido único num país em guerra, vetou ao povo angolano o seu direito a voto, de livre pensamento e de associação. Como se não bastasse foi criado um Estado Providência ou Paternalista, caracterizado pelo slogan “o mais importante é resolver o problema do povo”. O povo era entendido nessa perspectiva como um inerte esperando somente pelas benesses do Estado ou ainda assemelhado a uma criança de boca aberta a espera do pai para lhe dar de comer. Nenhum Estado resolve os problemas do povo se este não for envolvido.

O novo Estado socialista caracterizou-se por um sistema de partido único militarizado, com domínio absoluto e controlo dos órgãos de segurança, por um poder sobreposto aos interesses colectivos, uma distorção política dos factos reais da sociedade angolana, uma vigilância cerrada sobre a massa popular, um primado da autocracia. O MPLA ao tomar o poder substituiu a administração colonial pela socialista, fundamentados em princípios ideológicos, políticos e jurídicos marxistas-leninistas com as seguintes características e/ou formas de manifestação:

Um governo (poder executivo) exercido apenas pelo MPLA, como único representante legítimo do povo angolano; Um sistema político de partido único que corporiza os projectos de construção de nação e do Estado angolano para o futuro; Um poder judicial partidarizado e dependente do poder executivo; Forças armadas e sistema de defesa e segurança sujeitos ao controlo do partido e arquitectadas sob influência dos princípios marxistas-leninistas e controlando o poder civil das populações; Um poder dependente do poder

central, afastado dos cidadãos, sem autonomia dos meios financeiros para promover a satisfação das necessidades sociais específicas de cada região, de cada cultura, nas províncias, municípios, comunas ou bairros; A inexistência de liberdade de expressão, de pensamento, de associação; A inexistência de um poder legislativo como órgão fiscalizador da gestão da coisa pública que apreciasse e aprovasse as leis independentemente do poder executivo e representativo; A existência de uma imprensa manipulada pelos agentes do poder político, gozando de liberdade restrita imposta pelos órgãos de Informação e Segurança. Estamos perante um cenário do estado único «Ditadura do Proletariado» (Capumba, 2006, p. 55-56).

Para concretizar tais objectivos políticos, o MPLA preocupou-se em estender toda sua base ideológica no seio da população através das células do partido que funcionavam em quase todas as empresas, principalmente nas empresas do Estado, das organizações juvenis do partido, como a OPA – Organização do Pioneiro Angolano, na qual estavam organizadas todas as crianças, principalmente as de idade escolar, da juventude do Partido (JMPLA) e da Organização da Mulher Angolana (OMA). Tal estratégia, para além de fortalecer o vínculo do MPLA no seio da população, visava, sobretudo exercer sobre ela maior controlo, rejeitando qualquer possibilidade da existência de movimentos sociais que não estivessem sob controlo do MPLA, estruturando-se assim como a única força política da sociedade Angolana (Vieira, 2007).

O MPLA encontrou a educação como veículo rápido e eficiente para implementar a sua política e eliminar qualquer iniciativa que não tivesse como fonte na estrutura central da sua direcção e para perpetuar os seus intentos, a educação foi para o movimento a arma fundamental para se desfazer de todo tipo de concorrência política. Sendo assim, e como frisou Laurindo Vieiras:

Os livros didácticos são transformados em instrumentos privilegiados do poder, para a ideologização da educação e o elo importante através do qual a partidarização do ensino começa a tomar forma”. Assim tal como na época colonial onde os livros didácticos funcionavam como veículos que impulsionavam o sentimento de unidade em torno do império colonial, o MPLA embora querendo romper com os signos do sistema colonial de ensino acabou por assimilar alguns elementos da política colonial, e tal como o colonialismo utilizou os manuais didácticos com o fim de criar o sentimento de unidade nacional em torno dos seus objectivos (Vieira 2007, p. 110).

Com o socialismo a substituir o capitalismo, com um governo de direcção centralizado e com o monopólio do poder que asfixiou outras vozes da sociedade, com o controlo do sistema de educação a favor do MPLA, ficou garantido o combate contra qualquer tipo de manifestação de carácter reaccionário. Portanto, o MPLA ganhou poderes absolutos e intervinha em todos os espaços. Apesar desse domínio, o regime do MPLA, durante o período em estudo, enfrentou muitos ataques, quer interno ou externo, sendo que a guerra com outros movimentos era constante.

## **CAPÍTULO II: DO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS**

## **CAPÍTULO II: DO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS**

### **2.1. A Guerra Civil em Angola**

A luta em Angola tem as suas raízes no tempo da pré-segregação, uma vez que os arbustos não dirigiam a sua vitalidade justaposta ao colonialismo português, mas tinham igualmente algumas disputas entre si, sede que os confrontavam, atrasando o crescimento da descolonização do departamento.

Os testes de recepção começaram em Mombaça, Quénia, com alguns consensos e desalinhamentos entre os três equilíbrios que lutaram pela libertação do país, tal como descrito por Edward George (2005): O julgamento de transferência de desempenho começou em 5 de Janeiro de 1975, quando os três sways, pressionados pelo Oua, se reuniram em Mombaça, Quénia, e assinaram um perspicaz parecer favorável de que se uniriam numa única frente independente para lidar com Portugal e fomentar a paz em Angola".

A cimeira contou com a presença dos líderes das três revoltas desistentes, Agostinho Neto (Mpla), Holden Roberto (Fnla) e Jonas Savimbi (Unita) (George, 2005, p. 56). De acordo com Freitas (1975), houve um impasse entre os três acontecimentos, uma vez que ninguém concordou com as ofertas para colocar as bolsas de valores do governo no futuro governo transitório. No entanto, houve vários extremos de convergência, tais como a convergência da colocação de Cabinda internamente do termo angolano e a génese de um aumento comum das relações com o governo português, com o objectivo de exercer o governo de transição que conduziria o país à liberdade (Freitas, 1975, p. 179).

A Cimeira de Mombaça, com os seus desencontros, não selou o crescimento do comércio de paz em Angola, mas as negociações continuariam, dando origem a novos tratados, os Acordos de Alvor, que, nas suas cláusulas, favoreceriam a transição num espaço de magia entre os três jaleos. De acordo com Freitas (1991), as negociações decorreram sem problemas, com a conclusão de todos os compromissos em termos angolanos; foram dadas obrigações para a transferência da concessão e o débito de um período de

transição (Freitas, 1991, p. 62). Assim, foi realizada uma Conferência em Alvor, entre 10 e 15 de Janeiro de 1975, na qual estiveram representados os quatro tribunais. A junta portuguesa foi chefiada pelo Comandante Melo Antunes e pelos três líderes das obrigações nacionalistas angolanas (Sá 2001, p. 139).

Após cinco rondas de nomeações, foi finalmente alcançado um acordo, com onze capítulos e sessenta efeitos, definindo as circunstâncias para a transferência do rendimento, bem como questões relacionadas com futuras nomeações. Foi também estipulado que o contingente geral português deveria desvincular Angola em Fevereiro de 1976 e que a autonomia e doação da presidência teria lugar a 11 de Novembro do mesmo ano (Idem: 141).

As posições cardeais desta paz podem ser resumidas no seguinte estilo (i) a Independência de Angola seria agendada para 11 de Novembro de 1975 e mesmo assim o gabinete do lugar estaria nas mãos de um governo fugaz formado por um colegiado, com um representante de cada corro, com liderança rotativa e cujas meditações seriam tomadas pela colectividade papanatas; (ii) o governo português seria visionado por um Alto Comissário escolhido pelo Presidente de Portugal, que não poderia operar em guiões ministeriais, mas poderia ser consultado se o governo eventual assim o desejasse (iii) não discriminação por motivos étnicos para futuros critérios de natureza; iv) a emergência de uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses para a nomeação do novo líder que assumiria o serretazo em Novembro; v) a gestação de uma Comissão Nacional de Defesa, em formação pelo pensionista presidencial, o Alto Comissariado e o Estado-Maior General Unificado, com o objectivo principal de igualizar os contingentes gerais e dominar um exército local e; vi) a gestação dos Ministérios com os incumbentes ramificando-se entre os hatajos (Sebastião, 2015, p. 63)

Capoco apontou algumas inteligências que foram o alicerce do desalinhamento dos Movimentos de Libertação Nacional e, conseqüentemente, da erradicação civil: (a) apresentação pelos Movimentos de emancipação de grandes armas de arsenal; (b) falta de compreensão política manifestada através da fúria nas obras dos Movimentos de fuga; (c) eficácia dos sinais de rádio e províncias de suposta autoridade marcial; (d) arsenal da cidade civil; (e) choques soldados

entre as geleias de autonomia e a sua regionalização, mesmo de produzir deteriorações angélicas consideráveis, agravando mesmo a colocação, pois tendem a honrar o tribalismo, o localismo e o chauvinismo; (f) exitação reaccionária ou incógnita dos constituintes ao processo de descolonização (Capoco, 2012, p. 142).

Segundo Valdemiro de Sousa, citado por Agostinho, Feliciano, Paulo, (2011:35) argumentam: No topo da Penina e Mombaça, Neto propôs o arsenal da aldeia negra com o raciocínio de que precisava de utensílios para se proteger da investida da aldeia branca. Holden Roberto e Savimbi concordaram. Neto queria equipar o esplendor do povo de forma legal, que seria usado não só contra a cidade branca, mas também contra Unita e FnlA (Paulo, 2011, p.35).

Com a assinatura do entente Alvor, o efeito dos confrontos armados era esperado, mas os três acontecimentos nacionalistas não conseguiram impressionar um calendário e abrir-se mesmo à data fixada para a explicação da libertação, o que os levou a verem-se envolvidos em novas lutas na luta pela permissão. Em 1975 Angola era independente, embora o lugar estivesse mortificado numa grande fraqueza política e marcial, pois havia grandes divisões entre os acontecimentos da independência. A luta de desempenho fez com que descobrissem a travessa no exterior, o que internacionalizou a disputa em Angola. Assim, a FNLA e mais tarde a Unita tiveram o apoio dos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, e a Mpla foi alinhada com a URSS.

Marques (2012) afirma: "A explosão angolana tornou-se um problema continental e uma questão recorrente nas alterações da Organização de Unidade Africana (OUA)". Este julgamento da internacionalização da raiva atingiu e mobilizou mesmo as superpotências dos Estados Unidos e da União Soviética. Angola foi um dos acontecimentos de ápice em que a grande luta geopolítica da Guerra Fria se traduziu, depois indirectamente no exterior, numa situação difícil" (Marques, 2012, p. 57).

Em 1979, o Presidente da Mpla e da 1ª República António Agostinho Neto morreu e foi substituído pelo Ministro do Planeamento José Eduardo dos

Santos, que continuou o governo. A cruzada continuou e a situação tornou-se cada vez mais complicada. No início da divisão de 1980, as capacidades da Unita, com o apoio dos sul-africanos, estavam a espalhar-se por grande parte dos cinturões rurais do norte e do sudoeste de Angola e estavam a começar a estender as suas importações para norte. No início da década de 1980, chegaram à linha do Zaire e começaram a utilizar essa cidade como embrião traseiro para as suas operações de guerrilha no norte de Angola (Marques, 2012).

A Guerra Civil começou, travada entre os três entusiastas da condescendência, uma vez que a Unita e a Fnla estavam aborrecidos com a sua singeleza geral de propósito e a sua isenção de procedimento político. O Movimento Popular para a Libertação de Angola (Mpla), que em alegoria era o governo de Angola liberal, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e a Fnla contestaram a liderança de Angola. A Guerra Civil foi a fase mais negra da tradição angolana. Durante o tempo dos conflitos civis, o lugar foi arrastado, o que se reflectiu nos campos económico, político e social. Muita casta foi derramada e sangue foi quebrado, muitas das infra-estruturas foram destruídas e houve um grande afluxo de imigrantes, pois grande parte da cidade, desconfiada do terror que albergava, foi obrigada a atrasar as suas demarcações iniciais, bem como as pessoas legais.

## **2.2. A Presença Cubana e a Ingerência Sul-Africana**

A crescente apologia guerreira do governo Mpla, apoiada pelos partidos cubanos no sul de Angola, e o comício da África do Sul na batalha de Cuito-cuanavale, na divisão de Cuando-Cubango, em 1987-1988, forçou uma convulsão organizacional por parte do Ocidente e do regime do apartheid na África do Sul. Durante a Guerra Civil, o Mpla contou com a soca caudillo cubana para promover a sua regência e honestidade local. A trajectória militar de Cuba foi de grande importância para o Estado angolano, na altura um gabinete monolítico de partido único (Almeida, 2014).

Cuba apoiou a Mpla no sul de Angola nas lutas contra a FNLA, e a Unita do lado da URSS, e do outro lado estava a Unita, que tinha o pedestal do regime

do apartheid na África do Sul, registado pelos EUA. A FNLA capitulou bastante cedo, deixando apenas entre os dois principais partidos políticos, Unita e Mpla (Almeida, 2014) no meio da rixa. Segundo o delegado dos EUA na África do Sul, Philip Crowe, "uma vez que temos o mesmo inimigo comum, os Estados Unidos da América devem gostar da África do Sul, mesmo que não gostemos da sua política interna" (Gomes, 2016).

Foi o mais antigo confronto combatente da Guerra Civil Angolana. Fidel Castro sabia que a única forma de obrigar a África do Sul a enfrentar a sua decisão política era intensificar a luta contra a obstrução da África do Sul, o que levaria ao colapso do Estado sul-africano (Cunha, 2003). Cuba enviou 15.000 guerrilheiros cubanos para o departamento de Angola para reanimar a Mpla. Os guerrilheiros angolanos foram treinados para se adaptarem aos novos arsenais fornecidos pela União Soviética, uma vez que se tratava em grande parte de tecnologia avançada em comparação com a artilharia que tinham aproveitado já nessa altura.

Neste contexto, a África do Sul tirou honestidade dos valores da luta e do número crescente de guerrilheiros mortos à pressa. Esta batalha provou ao domínio sul-africano e aos seus apoiantes que a extirpação por si só teve consequências desastrosas para todos aqueles que participaram à queimadura na luta (Cunha 2003). De Novembro de 1987 a Março de 1988, a Batalha de Cuito Cuanavale teve lugar no sul do distrito de Cuando Cubango. Neste confronto, os exércitos de Angola, Fapla (Forças Armadas Populares para a Libertação de Angola) e Cuba com o braço marcial do Extremo (Forças Armadas Revolucionárias de Cuba) lutaram contra a Unita e o exército sul-africano.

Segundo Domingues (2012), esta batalha foi o ponto de viragem decisivo numa luta que se arrastava há muitos anos e na qual o jovem Estado angolano teve de atacar as ameaças das grandes potências e o ataque directo das potências gerais que elas financiaram (Domingues, 2012). De acordo com Almeida (2014), a África do Sul foi derrotada na batalha de Cuíto-cuanavale e decidiu desovar o fim do seu envolvimento directo no confronto que teve origem em Angola.

O pedido de desculpas de invencibilidade da África do Sul foi quebrado, alterando o equilíbrio de intensidades na província do sul do continente africano. Acreditamos que a batalha de Cuito Cuanavale foi decisiva para o resultado do conflito angolano, mas também acreditamos que terminou num impasse marcial, uma vez que a Mpla e a união cubana, como a África do Sul e a Unita, falharam nas suas vontades. Os sul-africanos e a Unita não conseguiram satisfazer Cuando Cubango, que era o seu destino, e as forças cubanas e da Mpla não alcançaram o seu objectivo em Mavinga.

### **2.3. Os Acordos de Nova Yorke e as Primeiras Negociações da Paz**

Em Novembro de 1988, a Mpla e a Unita assinam o Acordo de Nova Iorque, que prevê a retirada das capacidades estrangeiras do território angolano. Isto levou à autonomia da Namíbia e à democratização da África do Sul, pondo fim ao regime do apartheid. A falta de consenso entre as forças de afastamento locais pouco depois da emancipação levou a uma erradicação sangrenta com uma taxa bastante elevada de massacres.

Tendo em conta as enormes consequências causadas pela erradicação, foi necessário iniciar estipulações para o confronto articulado, como mostra Valentim (2010, p. 41); Angola, de finais de 1975 a Dezembro de 1989, foi palco de furiosos confrontos da Guerra Fria, mas também das avenidas chauvinistas da África do Sul. Foram feitas muitas tentativas para pôr fim a esta situação difícil, sendo a primeira experiência eficaz a Conferência de Gbadolite a 22 de Junho de 1989, que teve lugar no Zaire. Esta audiência, que contou com a presença de 18 líderes africanos, pretendia ser um pique na busca da paz para Angola, e contou com a presença de Jonas Savimbi, o chefe da Unita. A cimeira foi dominada pela imposição de um acordo de paz, que entrou em vigor a 24 de Junho de 1989.

Em resumo, considera-se que a Conferência de Gbadolite teve resultados positivos: permitiu o primeiro encontro entre o Presidente da Mpla e o Governo da República Popular de Angola (Gpra) e o líder da Unita, após o desinteresse deste último pelo Presidente Agostinho Neto em 1975; abriu também a

possibilidade de tratados entre Gpra e Unita; criou uma imagem positiva do Presidente José Eduardo dos Santos nos EUA, Europa e África como figura eminente no campo da paz e segurança; e criou uma imagem positiva do Presidente José Eduardo dos Santos nos Estados Unidos, Europa e África, Europa e África como uma eminência de encontro e reconciliação nacional; e, finalmente, também criou uma boa cena para o Dr. Savimbi, transmitindo a apreensão de que ele era um director espiritual da Mpla e do Governo da República Popular de Angola. Savimbi, transmitindo a idealização de que o jornal angolano exigia um encontro directo entre as duas partes. No entanto, as conversações não progrediram devido à falta de uma agenda determinada, por outras palavras, a Unita quis prosseguir as questões políticas e o governo angolano insistiu na paz (Sebastião, 2015, p. 82).

O dramaturgo supracitado salienta também que tanto a Unita como a Mpla acabaram por violar a paz acordada, nem escrita nem regulamentada, o que levou a que o confronto adquirisse leis antigas, o que levou o governo dos EUA a empenhar-se num exame pontual de dar uma regra de compromisso para estipular a paz em Angola. Tendo isto em mente, o Secretário Adjunto para os Assuntos Africanos, Warren Clark, visitou Luanda a 2 de Novembro de 1989. Com a destruição de Gbadolite, a disputa recomeçou em todo o estado, o que mais uma vez atraiu muita conversa e até logística internacional para forçar Angola a fazer a paz.

Comeford (2005) informa que, no final de 1989, a situação era tão grave que só com uma visão ampla e grande coragem política, por parte de ambas as partes envolvidas na rixa, seria possível mudar. Foi então que Portugal interveio e iniciou conversações com a Unita e a Mpla, conseguindo um crescimento político em ambas as eficiências políticas. Savimbi acabou por viajar para Portugal no início de Fevereiro de 1990, onde pretendia discutir as possíveis etapas das negociações de paz para Angola. José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola, tinha agora claramente negligenciado na sua mensagem de fim de ano o seu furo sobre a reunião e a recepção dos votos em Angola.

## **2.5. Princípios da Transição Democrática de Angola (1985-1989)**

A viragem da política externa angolana, esta intimamente relacionada com a viragem política mundial, na entrada da década dos anos 90, o cenário político mundial, testemunhava um período de grande impacto nos domínios políticos, económicos e social das superpotências que emergiram logo depois da segunda guerra mundial. Vários factores estiveram na base da queda da URSS, queda esta que deu a viragem na política mundial e o estabelecimento da nova ordem.

O fim da guerra Fria representou uma profunda reordenação nas antigas alianças externas e, para o MPLA, diante do colapso do Bloco Soviético e do desmoronamento da própria URSS, a necessidade de rever os seus caminhos políticos, iniciando um processo de reabertura política e de reconciliação com a UNITA através de acordos as duas últimas décadas do século XX da História de Angola (Stefesson, 2009).

Este facto impôs ao MPLA o seu realinhamento estratégico, pois, o seu grande apoio externo, se estava a desmoronar diante do seu arqui-rival os EUA, este facto propiciou a abertura política, de que resultou a reaproximação do governo e os partidos FNLA e UNITA (Stefesson, 2009).

No início da década de 1990 Angola vive uma situação notável dado a sua tripla transição, da guerra para a paz, de um regime de Partido único marxista-leninista para um sistema multipartidário e de uma economia centralizada do tipo soviético para uma economia de mercado. Essas reformas foram estabelecidas na base de um processo não revolucionário implementado através de revisões constitucionais e aprovações de leis pelo Parlamento monopartidário que vigorava na altura, sob o controlo do MPLA- Partido do Trabalho, ou seja, numa reunião do seu Comité Central em Junho de 1990, o MPLA-PT decidiu abandonar o sistema de partido único e permitir uma concorrência política aberta entre os partidos políticos. A isto se seguiu o abandono formal do marxismo-leninismo e da referência ao Partido do Trabalho na denominação do partido, no seu terceiro congresso, realizado em Dezembro de 1990, e a aceleração da liberalização económica nos termos do Programa de Acção do Governo (PAG), lançado em Agosto de 1990. Em Maio de 1991, uma lei de revisão constitucional (Lei nº12/91) definiu Angola como

um Estado Democrático de Direito e instaurou um sistema multipartidário (Conceição, 1999, p.120).

É a partir da mudança do sistema político e económico monopartidário para o sistema multipartidário, tendo início com as eleições em Setembro de 1992 que apresentamos a política externa de Angola aos dias actuais. De uma política externa nacionalista e socialista, seja em termos de desenvolvimento económico, quanto social, a política externa de Angola evoluiu de um país colonial para uma política externa com ideais socialistas iniciadas com a proclamação da independência do país e ao retorno ao sistema de livre mercado em 1992 (Sita, 2017). Neste contexto Angola elaborou a sua Política Externa, preparando-se assim para estabelecer relações políticas com outros Estados do Sistema Internacional.

O estabelecimento de relações bilaterais que pontualmente se conseguiu com alguns países ocidentais, com fortes interesses nos seus recursos naturais, era insuficiente para gerar e implementar programas de desenvolvimento a longo prazo. Era necessário abrir o país ao mundo na sua globalidade, traçar e implementar políticas mais pragmáticas e afastar em definitivo o idealismo das teorias socialistas.

A transição democrática em Angola ocorreu em um período de realinhamento das relações de força do sistema Internacional e regional como contrapartida para o acordo, o MPLA teve que reajustar a sua estrutura política (Horing, 2015).

O povo angolano começou a conhecer a democracia na Segunda República (1991-2010). A Lei Constitucional assegurava que Angola era um Estado Democrático de Direito e naturalmente o poder emanava do próprio povo. Previa a escolha de representantes por meio de eleições justas, livres e por sufrágio universal. (Diogo e prata, 2014).

Segundo Pain, Rodrigo, Sousa, (2008) em 1991, Angola adere às políticas democráticas, adoptando o multipartidarismo, a economia de mercado e a liberdade de expressão. Nesse contexto, conhecido pela historiografia como

segunda República ( para diferenciar da primeira República de Partido Único).

## **2.6. Os Acordos de Bicesse Base para a Consolidação Democrática**

Comeford (2005) indica mesmo que neste cenário, a 24 e 25 de Abril de 1990, Portugal promoveu pólos directos entre o Governo da República Popular de Angola e a Unita. A fim de se certificarem da máxima fiabilidade a este exame, todos os Estados diplomaticamente envolvidos no compromisso alternativo angolano enviaram representantes a Lisboa para encorajar acordos de paz.

Tinha chegado o momento de contornar os arsenais da série Fala, e a pilha de armistício foi dada de Bruxelas, a capital belga, a 14 de Maio de 1991, pelo alto comandante da Fala, Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Assim, "os líderes da Unita obedeceram às ordens dadas e em todo o meio nacional as honras calaram-se e os antigos estados da Fapla e da Fala reuniram-se para a desmobilização das intensidades em Luena. Por outro lado, e em perspectiva desta colocação, encorajou a partida dos últimos contingentes cubanos com elevada prioridade. Contudo, tudo estava em catarro e os angolanos estavam prontos a respeitar os Acordos de Bicesse (Valentim, 2010, p. 212 apud Sebastião 2015, p. 84).

Uma fila descreve que, finalmente, a 31 de Maio de 1991, o Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, e o chefe da Unita, Jonas Malheiro Savimbi, assinaram um acordo de paz no Palácio das Necessidades em Portugal. Também estiveram presentes no evento os seguintes notáveis: Primeiro-Ministro português Cavaco Silva, Secretário de Estado norte-americano James Baker, Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS Yuli Mikhiilovich Vorontsov, Secretário-Geral da ONU Pérez de Cuéllar e o Cardeal Alexandre do Nascimento (Valentim, 2010).

Com o aparecimento do partido das nomeações em 1992, foram promovidas várias reuniões entre o Presidente da República de Angola e o Presidente da Unita, com o objectivo de os reunir. É também de notar o surgimento do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas, que integrou as Forças

Armadas para a Libertação de Angola (Fala) e as Forças Armadas Populares para a Libertação de Angola (Fapla), que foi a materialização do sentimento burguês angolano em 1991 e foi um factor chave para o sucesso do Acordo de Bicesse (Valentim, 2010).

As alternativas realizadas em 1992, que foram contestadas por 18 partidos, conseguiram finalmente seleccionar 12 armas da Assembleia Nacional. De Maio a Agosto de 1992, 4.828.626 pessoas inscreveram-se para este julgamento eleitoral, das quais 4,1 milhões se candidataram às eleições legislativas e 4,3 milhões às eleições presidenciais. Estas primeiras sondagens angolanas tiveram mais de 400 observadores internacionais que acompanharam todo o progresso eleitoral (Carvalho, 2015).

Finalmente, a 17 de Outubro, o Conselho Nacional Eleitoral reteve os resultados da votação e anunciou a necessidade de realizar uma segunda volta das eleições presidenciais. José Eduardo dos Santos, representante da Mpla, obteve 49% dos resultados, e Jonas Savimbi, director espiritual da Unita, 41%. Nas eleições legislativas, o Mpla ganhou 70 lugares na Assembleia Nacional, Unita 44, e a Fnla, o terceiro partido histórico de Angola, três lugares, tal como os Prs e o Pld, tendo cada um dos restantes partidos ganho um lugar. O resultado das proclamações gerais, inicialmente aceites pela Unita, foi posteriormente combatido por uma alegada "fraude eleitoral"..<sup>3</sup>

Com o desentendimento pós-eleitoral, novamente se quebrou todo arcabouço diplomático quer seja o MPLA, assim como a UNITA, relegaram para o último plano as conversações e voltaram aos canhões e para mais tentativa para se terminar com a guerra,

A despeito da real situação no terreno, pela perseverança do representante especial do secretário-geral da ONU, Alouine Blondin Beye, o Protocolo de Lusaka foi assinado em 20 de novembro de 1994 em Lusaka, Zâmbia, pelo ministro das relações exteriores de Angola, Venâncio de Moura e pelo secretário-geral da UNITA, Eugênio Manuvakola, na presença de José Eduardo dos Santos e na ausência de Jonas Savimbi. Embora a guerra continuasse, a

---

<sup>3</sup> Informação retirada de: <http://kuribeka.com.sapo.pt/eleicoes1.htm>, em 22 de Março de 2015.

ONU novamente se via com a responsabilidade de monitorar e verificar a implementação das provisões de um protocolo em Angola, mas desta vez a própria ONU se encarregara dos termos do acordo (Hewitt, 1999).

Tal como em 1991-1992, o processo de paz avançou lentamente, havendo grandes atrasos no aquartelamento das forças da UNITA e com a atitude adoptada pela ONU de apaziguadora, bem como com um prematuro optimismo em relação ao fim do processo de paz na retirada da maior parte da sua força de manutenção de paz em 1997, e como ponto fulcral, o chefe da missão do Protocolo de Lusaka, *Maître Alioune Blondin Beye*, falecera num acidente de aviação, deixando-a sem liderança, a UNITA, contudo, continuava a prevaricar e o Governo no IV Congresso do MPLA, que realizou de 5 a 10 de Dezembro de 1998, o presidente José Eduardo dos Santos declarou que o único caminho para a paz era a guerra, apelando ao fim do processo de paz de Lusaka e à retirada da MONUA (Wheeler; Pélissier, 2011).

Para Comerford o fracasso do processo de paz de Lusaka não era apenas devido à má-fé da UNITA, mas também a estratégia da ONU em não revelar publicamente violações dos acordos, a falta de transparência e a falha de implementar os embargos da ONU debilitou qualquer intenção que a UNITA ou o Governo tinha em observar o Protocolo de Lusaka (Comerford, 2005).

Com o fracasso do protocolo de Lusaka (1994), A guerra foi a única alternativa encontrada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

## **2.7. As Eleições Multipartidárias em Angola como tentativa da Consolidação Democrática em Angola**

Como já nos referimos, os acordos de Bicesse, deram a viragem decisiva para uma transição para o processo democrático angolano, e os mesmos terminaram com a realização de eleições gerais de 1992, cujos resultados não foram aceites por um dos concorrentes, o que resultaria na instalação de discórdias e desentendimentos que levaram o país a emergir numa outra vaga

de guerra civil que viria a terminar no ano de 2002, com a morte do líder histórico da UNITA o Dr. Jonas Malheiro Savimbi.

Angola tornou-se independente em 1975, após um longo período de guerra colonial que envolveu o governo português e os movimentos de libertação nacional. Essa guerra teve início em 1961, com o ataque as cadeias de São Paulo, a 4 de Fevereiro, e terminou com a Revolução dos Cravos à 25 de Abril de 1974. Após o alcance da independência, Angola viveu um período de conflito armado que envolveu numa primeira fase os três movimentos e depois se cingiu entre o MPLA e a UNITA. Esse conflito terminou em 2002 após a morte de Jonas Savimbi e a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena a 4 de Abril de 2002.

As primeiras eleições em tempo de paz foram realizadas em 2008, aquelas que ficaram conhecidas como eleições legislativas. Seguiram-se as eleições de 2012 e 2017, denominadas de eleições gerais.

Com o fim da guerra levou a existência de criação de condições para a realização de eleições. Deste modo, foram realizados vários encontros, palestras e fóruns de modo a que os detentores do poder político, na pessoa de José Eduardo dos Santos, marcassem eleições. Para o seu partido, a grande prioridade consistia na promulgação da nova Constituição da República em 2010, e não a marcação de eleições. Por isso, a sociedade civil e os partidos da oposição, encabeçados pela UNITA, foram pressionando o governo para a marcação de eleições ao que o governo, liderado pelo MPLA justificava que o período de guerra prolongada e a instabilidade que se viveu no país eram factores impeditivos à realização de eleições num período curto: Não resistindo a pressão, marcaram-se para o ano de 2008, no caso, legislativas, enquanto as presidenciais, marcadas para o ano de 2009 (Seamba, 2012).

As eleições legislativas foram marcadas para o dia 5 de Setembro e nela participaram partidos históricos, como o MPLA, a UNITA e a FNLA. Para as eleições foram registrados 7.213.281 eleitores, ganhas pelo MPLA num total de 4.520.453 votos, tendo o seu maior opositor, a UNITA, arrecadado a nível nacional, um total de 572.523 votos. Já o PRS obteve 173.546 votos. O partido

histórico, FNLA, perdeu muitos lugares comparativamente as eleições de 1992 (António, 2015).

A eleição presidencial estava prevista para Setembro de 2009, mas não se realizou sob a alegação que seria promulgada uma nova Constituição que definiria as novas regras eleitorais. Em virtude da não realização da eleição presidencial [...], o direito de escolha dos cidadãos foi realizado de maneira parcial, pois o presidente da República se manteve no poder sem a legitimação dos votos dos eleitores (António, 2015, p. 110)

Por questões políticas, as eleições presidenciais de 2009 foram canceladas e um ano (2010) depois foi promulgada a Constituição da República que trouxe consigo a alteração do modelo de eleição do Presidente da República e dos deputados à Assembleia Nacional, passaram a ser eleitos de forma única, naquilo que ficou conhecido como eleições gerais.

Na nova era as primeiras eleições gerais foram realizadas em 2012, exactamente no dia 31 de Agosto, convocadas num período de 90 dias antes do término do mandato do Presidente da República, de acordo com o art. 112.º da Constituição, pois compete, de acordo com o art. 119.º da Constituição, ao Presidente da República convocar as eleições (Rocha, 2013).

Tendo em conta o novo clima que se vivia em Angola, as eleições foram consideradas como um acontecimento fundamental, pois era uma grande oportunidade de decisão e escolha de novos governantes e deputados. Era um período importante, pois marcaria a eleição de um Presidente, visto que tanto Agostinho Neto como José Eduardo dos Santos dirigiram os destinos de Angola sem alguma legitimação do povo. As eleições de 2012, que seguiram as eleições legislativas de 2008 foram uma demonstração, ou seja, indícios da regularidade dos pleitos.

O MPLA teve a maioria absoluta dos sufrágios, tendo atingido 71,85% dos votos, elegendo 175 deputados. Foi seguido pela UNITA, com 18,67% de votos, representando 32 deputados. A CASA-CE conquistou a terceira posição com 8 deputados eleitos. Importa realçar que os resultados eleitorais do MPLA, apesar da maioria absoluta, traduzem o decréscimo de 10% entre 2008 a 2012, ao passo que a UNITA cresceu cerca de 80%. (Bangula, 2013, p. 5)

As eleições de 2017 foram realizadas num clima nunca antes visto, pois nesta fase, Angola procurava efectivar a democracia apesar das várias controvérsias entre quem dirige e quem é dirigido, ou seja, o lado do governo o caminho para a paz e a consolidação da democracia. A grande novidade das eleições de 2017 foi sem dúvida, a ausência de José Eduardo dos Santos, presidente de Angola desde 1979, após a morte de Agostinho Neto. José Eduardo dos Santos anunciou a sua retirada da cena política, pelo que, já não seria candidato a sua própria sucessão e propôs ao Partido a indicação para o suceder o Senhor João Manuel Gonçalves Lourenço que se tornou no terceiro presidente de Angola depois das referidas eleições.

Quanto ao modelo de eleição do presidente bem como dos dignos representantes do povo, continuou a ser questionado pelo facto de ser ambíguo uma vez que, não há eleição directa do Presidente, visto que o mesmo é eleito por ser o cabeça de lista do partido mais votado durante as eleições.

As eleições demonstraram a força do MPLA, partido no poder desde 1975, tendo-as ganhas com maioria absoluta de 4.115.302 votos, contra 1.800.860 do seu mais directo opositor, a UNITA. Já a CASA-CE, liderada por Abel Chivucuvucu, em terceiro lugar com 639.789 votos. Assim, João Lourenço tornou-se o novo Presidente da República, enquanto Bornito de Sousa, o segundo Homem da lista do MPLA, tornou-se Vice-presidente (CNE, 2017).

<b>Eleições em Angola em tempo de paz</b>					
<b>2008</b>		<b>2012</b>		<b>2017</b>	
<b>Número de eleitores registrados</b>	<b>Número de votos conquistados por partido</b>	<b>Número de eleitores registrados</b>	<b>Número de votos conquistados por partido</b>	<b>Número de eleitores registrados</b>	<b>Número de votos conquistados por partido</b>
<b>7.213.281</b>	<b>MPLA</b> <b>4.520.453</b>	<b>6 124 669</b>	<b>MPLA</b> <b>4 135 503</b>	<b>7 061 131</b>	<b>MPLA</b> <b>4.520.453</b>
	<b>UNITA</b> <b>572.523</b>		<b>UNITA</b> <b>1 074 565</b>		<b>UNITA</b> <b>1 800 860</b>
	<b>PRS</b> <b>173.546</b>		<b>CASA-CE</b> <b>345 589</b>		<b>CASA-CE</b> <b>639 789</b>

Tabela 1 Fonte: Elaboração própria, os dados foram obtidos na Internet a partir da CNE.

A consolidação democrática passa necessariamente no se assentar a mesma mesa das forças partidárias, sociedade civil e todas as forças vivas do país, para resolverem os problemas que o mesmo enfrenta, também passa necessariamente pelo processo de reconciliação nacional, para a construção de um país com desenvolvimento sustentável. Hoje, assistimos regularmente os pleitos eleitorais, já uma aproximação entre as diferentes forças partidárias, mas acreditamos que há ainda um caminho a trilhar para um processo de reconciliação mais saudável e harmonia entre todos ao angolanos, onde as lembranças do passado não sirvam de acusações, mas sim, sirvam de lições para que não se volte a cometer os erros do passado e perspectivar um futuro promissor.

## **CAPÍTULO III- ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS**

## **CAPÍTULO III- ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS**

### **3.1. Preliminares da Investigação**

Para completar a investigação, o terceiro capítulo é, por norma, reservado ao tratamento dos dados obtidos por intermédio da aplicação de um inquérito por questionário. Esta investigação teve como população os estudantes do 3º Ano, do curso de História, regime pós-laboral, afecto ao Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Huíla). O objectivo da aplicação do inquérito visou recolher informações sobre o grau de conhecimento que os referidos estudantes têm sobre o tema.

### **3.2. População e Amostra**

A recolha e interpretação de dados estatísticos na aplicação de um inquérito pressupõe a utilização de um contingente populacional e de uma parte significativa dessa população passando a compor a amostra.

#### **3.2.1. População**

Segundo Gomes (2003, p. 27), define população como sendo o grupo de elementos distintos possuindo certo número de características comuns, sendo estes elementos chamados também de unidades populacionais, sobre os quais serão recolhidas informações.

O presente trabalho de investigação é constituído por 35 estudantes do 3º Ano do Curso de História (2021) ISCED-Huíla do regime Pós-Laboral do Lubango que constituem a população e da qual retiramos a amostra.

#### **3.2.2. Amostra**

Amostra é um subconjunto de indivíduos da população alvo e para que as generalizações sejam válidas, as características da amostra deve ser as mesmas da população (Gomes, 2003, p. 28).

Da população utilizada, extraímos uma amostra de 30 estudantes do referido ano e período. Os inqueridos estão na faixa etária de 22 aos 50 anos de idade,

sendo que 16 estudantes estão na faixa etária dos 22-25, 6 estudantes estão na faixa etária dos 26 a 35 e 8 estudantes estão na faixa etária dos 36 a 50. Quanto ao género, 18 estudantes são do sexo masculino e 10 são do feminino.

### 3.3. Instrumento de Investigação

Para a obtenção dos dados abaixo apresentados, utilizamos um inquérito por questionário, aplicado aos estudantes do 3º ano do regime pós-laboral do curso de História do ISCED-Huíla.

### 3.4. Caracterização da amostra

**Tabela 2 Caracterização geral da amostra dos estudantes do 3º ano do curso de História inqueridos.**

Discrição das amostras por idade			
Idade		Frequência	Percentagem
Masculino		16	53.33%
Menor (21 anos)	Maior (50 anos)		
Feminino		14	46.66%
Menor (21 anos)	Maior (48 anos)		
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>100%</b>
Discrição das amostras por género			
Género		Frequência	Percentagem
Masculino		16	53.33%
Feminino		14	46.6%
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>100%</b>

Quanto a tabela acima, revela que os inquiridos correspondem a média de idade que vai dos 28 aos 50 anos, dos quais 16 masculinos e 14 femininos.

### 3.5. Apresentação dos Resultados

**Tabela 3 Questão nº 1: Estimado estudante, tem algum conhecimento sobre o contexto pós-independência angolano aos processos democráticos?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Sim	30	100%
b) Não	_____	_____
c) Razoável	_____	_____
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Nesta primeira questão, 30 estudantes (100%) responderam que sim, o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 4 Questão 2- Indique o meio onde adquiriu tal conhecimento?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Meio familiar	8	26.66%
b) Entre amigos	_____	_____
c) Meios de difusão	12	40%
d) Meio escolar/universitário	10	33.33%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Quanto ao meio onde adquiriram os conhecimentos, 8 estudantes (26.66%) escolheram a opção (a), 12 estudantes (40%) escolheram a opção (c) e 10 estudantes (33.33%) escolheram a opção (d) o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 5 Questão 3- Como avalia o seu nível de conhecimento sobre o tema?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Excelente	_____	_____
b) Muito bom	10	33.33%
c) Bom	9	30%
d) Razoável	11	36.66%
e) Má	_____	_____
f) Nulo	_____	_____
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, 10 estudantes (33.33%) escolheram a opção (b) 9 estudantes (30%) escolheram a opção (c) 11 estudantes (36.66%) escolheram a opção (d) o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 6 Questão 4- Como avalia a bibliografia existente sobre o tema?**

Alternativa	Frequência	Percentagem
a) Excelente	3	10%
b) Muito bom	3	10%
c) Bom	8	26.66%
d) Razoável	11	36.66%
e) Má	2	6.66%
f) Muito Má	3	10%
g) Nulo		
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Quanto a bibliografia existente, 3 estudantes (10%) escolheram a opção (a), 3 estudantes (10%) escolheram a opção (b), 8 estudantes (26.66%) escolheram a opção (c), 11 estudantes (36.66%) escolheram a opção (d) 2 estudantes (6.66%) escolheram a opção (e), e 3 estudantes (10%) escolheu a opção (f) o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 7 Questão nº 5 como ficou o contexto político Angolano depois da independência?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) turbulento	20	66.66%
b) Não	1	3.33%
c) Concórdia	9	30%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, 20 estudantes (66.66%) escolheram a opção (a), 1 estudante (3.33%) escolheu a opção (b) e 9 estudantes (30%) escolheram a opção (c), o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 8 Questão nº 6: Quais são os factores que estiveram na base da transição democrática em Angola?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Entendimento entre os beligerantes	7	23.33%%
b) Crise de económica	5	16.66%
c) O fim da guerra fria	12	40%
d) Reconciliação Nacional	6	20%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Quanto aos factores que contribuíram para a transição democrática, 7 estudantes (23.33%) escolheram a opção (a), 5 estudantes (16.66%) escolheram a opção (b), 12 estudantes (40%) escolheram a opção (c) e 6 estudantes (20%) escolheram a opção (d), o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 9 Questão nº 7: Olhando para a realidade do país, existe de forma real, a integração social, económica e política em Angola depois da transição democrática?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Sim existe	14	46.66%%
b) Não existe	1	3.33%
c) Temos dado passos tímidos	14	46.66%
d) Apenas é uma utopia	1	3.33%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, 14 estudantes (46.66%) escolheram a opção (a), 1 estudante (3.33%) escolheu a opção (b), 14 estudantes (46.66%) escolheram a opção (c), 1 estudante (3.33%) escolheu a opção (d), o que totaliza 100% da amostra.

**Tabela 10 Questão nº8: Qual é o quadro do novo panorama político em processos democráticos em Angola?**

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Positivo	11	36.66%%
b) Negativo	_____	_____
c) Promissor	13	43.33%
d) Manipulador	6	20%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Relativamente a esta questão, 11 estudantes (36.66%) escolheram a opção (a), 13 estudantes (43.33%) escolheram a opção (c) e 6 estudantes (20%) escolheram a opção (d), o que totaliza 100% da amostra.



## **CONCLUSÕES SUGESTÕES**

## **Conclusões**

Feita a abordagem do contexto pós independência angolano aos processos democráticos, cuja trajectória política tenha sido de confrontos entre os movimentos angolanos, concluímos que:

Em Angola a preparação para a proclamação da independência e a assinatura dos acordos de Alvor que reconhecia os três movimentos de libertação nacional como legítimos do povo angolano, já previa também a transição para os processos democráticos em Angola;

Os desentendimentos pós independência, eivados de influências externas, criaram rupturas entre os movimentos nacionais, minando toda diplomacia para que o contexto pós independência resultasse a verdadeira transição democrática no país;

Previa-se a primeira disputa eleitoral depois da independência, que não chegou a concretizar fruto das clivagens criadas. Com a paz (2002), Angola experimenta uma sequência de processos democráticos, desde as liberdades fundamentais, os pleitos eleitorais e um parlamento a funcionar, com respeito as diferenças ideológicas.

Com os pleitos eleitorais regulares, Angola experimenta um processo de paz e de reconciliação nacional, apesar do mesmo processo percorrer caminhos tortuosos, auguramos que o processo democrático, sirva realmente para o desenvolvimento do país, na busca das soluções dos problemas do povo, como decisores do poder através do voto nos processos eleitorais.

## Sugestões

A elaboração de um trabalho académico não pressupõe o esgotamento de uma determinada temática, pois, a mesma não é feita de forma cabal. Por esta razão, achamos que este é apenas mais um dos trabalhos que podem ajudar a enriquecer o acervo bibliográfico existente sobre o tema. Sugerimos que:

É necessário que o povo angolano perceba que as querelas entre os movimentos ou partidos políticos, tiveram consequências negativas para o país sonhado antes da independência, o país nasceu como uma nação em conflito, o que levou o atraso em todos os domínios da vida;

É necessário perceber que o processo democrático iniciado em 1992, apesar de fracassar e o retomar da guerra no mesmo ano, a sua consolidação tem sido importante para todos os Angolanos

Que as disputas eleitorais, como um elemento indispensável nos processos democráticos sirvam para o bem-estar e benefícios do povo angolano, e que a sua regularidade dos mesmos não sejam apenas uma rotina, mais que deve ter impactos positivos e directos para a vida dos cidadãos.

## **BIBLIOGRAFIA E ANEXOS**

## Bibliografia

AGOSTINHO, F.P. (2011). Guerra em Angola: As heranças da luta de libertação e a guerra civil. Mestrado em Ciências Militares-Especialidade Cavalaria. Lisboa. Academia Militar.

ALESSANDRA, P. (2001). O método da análise documental numa pesquisa historiográfica, departamento de Psicologia social e institucional da universidade estadual de Londrina;

APPOLINÁRIO, F. (2006). Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning;

BITTENCOURT, M. (2008). *Estamos juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado.

BRITO, À. F. Jr. e Feres, N. Jr. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, v.7. n.7.

CAPUMBA, L. (2006). História da 11ª classe, 2º ciclo do Ensino Secundário, Reforma Educativa, Texto Editores.

CARVALHO, J. E. (2009). Metodologia do trabalho científico, 2ª Edição, Escolar Editora.

COMERFORD, M. G. (2005). O Rosto Pacífico de Angola. Namíbia: Windhoek, 2005. ISBN: 99916-68-26-8.

Capoco, Z. (2012). Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945-1975). Escolar Editora, Lobito.

CUNHA, S. J. P. (2003). As resoluções das Nações Unidas Sobre Angola, Luanda: Editorial Nzila.

DOMINGUES, C. (2012). Fim da batalha do Cuíto Cuanavale, a mais longa guerra civil Angolana. *Jornal nacional Diário*.

FREITAS, A. (1975) - *Angola: o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes Editores.

FERREIRA, R. A. (1998). A pesquisa científica nas ciências sociais: Caracterização e procedimentos. Recife, PE: UFPE, 1998;

FNLA (2007). Preâmbulo Estatutos e Organizações.

GEORGE, Edward (2005) – A Intervenção Cubana em Angola, 1965-1991: A Partir de Che Guevara para Cuíto Cuanavale. Nova Iorque: Frank Cass.

GOMES, A. A. (2003). Considerações sobre a pesquisa Científica: em busca de caminhos.

GONÇALVES, J. (2004). *O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos. ISCTE, Occasional Paper Series Nr. 10.

HORING, J. da S. ( 2015 ). Os Movimentos de Libertação Nacional Em Angola: Trajectória Política, Guerra Civil e Impactos Sobre a Construção do Estado ( 1975-2002 ). Universidade Federal do Rio Grande.

KEBANGUILAKO, D. (2016). A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república: 1975-1992.

LAKATOS, E. M. M. (2002). Método do trabalho científico 6ª Edição, são Paulo, atlas.

LAKATOS; E. M. e MARCONI, M. A. (2002) *Metodologia Científica*, 5ª Edição Revista e Almeida. São Paulo, Editora Atlas S.A.

LEITE, F. T. (2008). Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa. Aparecida: idéias e letras.

MACONI, M. A. e Lakatos, E. M. (2008). Metodologia científica 6ª edição, são Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, R. B. (2004). Metodologia científica, 1ª edição.

MUEKALIA, J. (2010). Angola A Segunda Revolução. Portugal: Sextante.

PAIN, R. de S. (2008). A Centralização Política e o Autoritarismo Em Angola, Revista Electrónica do Arquivo Público do Estado do São Paulo., nº33.

SANTOS, B. S. (2014). Angola na viragem. Revista Visão. Lisboa, agosto.

SÁ, T. (2011). *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote.

TOURAINÉ, A. (1996). O que é democracia? Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis. RJ. Vozes.

VALENTIM, J. (2010). Caminho para a paz e reconciliação nacional. Luanda: Mayamba Editora.

VIEIRA, L. (2007). Angola: a dimensão ideológica da Educação 1979-1992. 1ª Edição, Luanda, editorial Nzila.

WHEELER, D. & Pélissier, R. (2009). História de Angola, 1ª Edição, Lisboa,.

VALAHU, Murgur, Angola, Chave de África, Lisboa, 1968.

### **Outras Fontes**

ANTÓNIO, N. D. (2013). Transição pela transacção: uma análise da democratização em Angola. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oatd.org/oatd/record?RecordId=oai%5C:www.bdt.d.uerj.br%5C:3713>>. Acesso em: 22 Jun. 2014.

ALMEIDA, E. C. (11 de Setembro de 2014). O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: Contributos para a segurança regional. Lisboa, Portugal. Obtido de [http://www.elcalmeida.net/File\\_pdfs/CIEA9\\_Angola-num-vertice-do-quadrilatero-centra-austral-de-Africa-Resumo\\_oral.pdf](http://www.elcalmeida.net/File_pdfs/CIEA9_Angola-num-vertice-do-quadrilatero-centra-austral-de-Africa-Resumo_oral.pdf)

CARVALHO, T. E. da C. (2015). O conflito entre o MPLA e UNIAT /FNLA como Materialização do confronto URSS/EUA: No contexto da Guerra Fria, Dissertação de Mestrado.

CHIMANDA, P. F. (2010). Do monopartidário à transição democrática em Angola. Universidade Nova Lisboa – FCSH. Tese de Mestrado.

CONCEIÇÃO, J. M. N. P. da. (1999). Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994), São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

DIOGO, J. P. P. (2014). Parâmetros de Construção da Democracia Em Angola, Perfil Democrático, Universidade do extremo Sul Catarinense. Trabalho para obtenção do grau de Bacharel no curso de Direito.

FRANCISCO, A. A. C. (2013). A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992), p-60, Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília em 2013.

FRANCISCO, A, A, C. (2012). Transição Democrática Em Angola.

GOMES, G. S. (Agosto de 2016). Obtido de Política externa e a diplomacia numa estratégia nacional: <http://docplayer.com.br/10716249-A-politica-externa-e-a-diplomacia-numa-estrategia-nacional.html>

ROCHA, M. A. S. (2013). A guerra fria de África e respectivas consequências: Angola e África do sul, 1975-1994. Dissertação Submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais;

SILVA, J.V. (2008). A verdadeira paz desafios do Estado democrático. Disposto em <https://www.google.co.ao/search?cliente=opera-mini+android&dcr=0&q=a+paz+na+rdc+em+pdf&aqs> consultado aos 21 de Agosto de 2018.

STEFENSON E. A. (2009). Organizações políticas e eleições em angola da guerra colonial às disputas eleitorais. Monografia apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção de grau de Bacharel/Licenciatura em História.

SEBASTIÃO, A. K. M. (2015) - O Processo de Paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito de Gdabolite à Luena. Tese de Mestrado em relações Internacionais e estudos Europeus, Universidade de Évora.

TELO, F. C. A. (2012). Angola: a trajetória da luta pela cidadania e a educação em direitos humanos. Paraíba, 2012. Disponível em: <[http://btd.biblioteca.ufpb.br/tde\\_arquivos/23/TDE-2012-05-04T100742Z-1589/Publico/arquivototal.pdf](http://btd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/23/TDE-2012-05-04T100742Z-1589/Publico/arquivototal.pdf)>. Acesso em 01 abr. 2014.

UGS. The Angolan Civil war: the concept of “blood diamonds”. 2008. Disponível em: <<http://www.ugs-angola.com/the-angolan-civil-war-the-concept-of-blood->

diamonds-explained.php>. Acesso em 22 jun. 2014. Tentei acessar os sites e não consegui acessar os sites.

## Anexos

### Anexo 1: Bandeiras dos três movimentos por ordem de criação



esquerda à direita FNLA  
UNITA

MPLA

Fonte: <https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+>

[Ti-qxI&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgref=oDoUP3c2dyW1FM](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&imgref=oDoUP3c2dyW1FM)

2019.

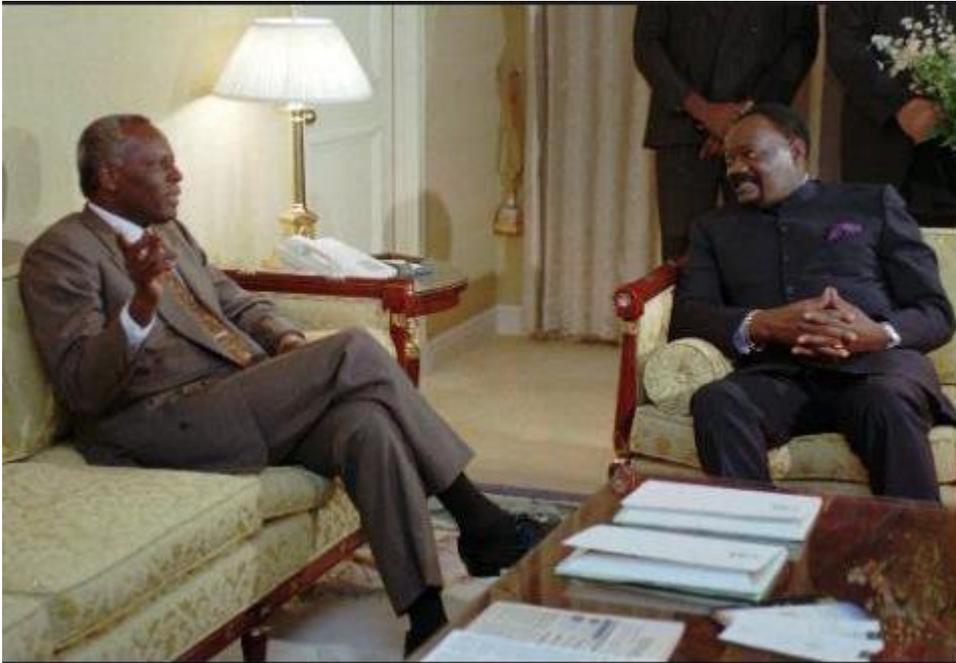
### Anexo 2: Dirigentes dos três movimentos



Da esquerda à direita Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto

Fonte: [https://www.google.com/search?q=acordo+de+alvor&tbm=isch&ved=2ahUKEwjOxdrCqfXgA hWIw4UKHVJwDUkQ2-cCegQIABAB&oq=acordo+de+alvor&gs\\_l=mobile-gws-](https://www.google.com/search?q=acordo+de+alvor&tbm=isch&ved=2ahUKEwjOxdrCqfXgA hWIw4UKHVJwDUkQ2-cCegQIABAB&oq=acordo+de+alvor&gs_l=mobile-gws-)  
[=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgref=WIYSHgXVaV8lwM](https://www.google.com/search?q=acordo+de+alvor&tbm=isch&ved=2ahUKEwjOxdrCqfXgA hWIw4UKHVJwDUkQ2-cCegQIABAB&oq=acordo+de+alvor&gs_l=mobile-gws-). Acesso aos 08-03-2019.

**Anexo nº 3-** Aviragem ideológica e os acordos de Bicesse, da esquerda para a direita o até então Presidente de República da Angola José Eduardo dos Santos e da Direita para a esquerda, o Líder fundador da UNITA Jonas Malheiro Savimbi.



**Fonte: Sebastião (2015, p. 114).**

**Anexo nº 4-** retrato dos acordos de Bicesse, os Líderes do MPLA e da UNITA, ladeados pelos mediadores internacionais.



**Fonte: Sebastião (2015, p. 114).**